



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANDRESSA CALLEGARI SILVA

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À GARANTIA DA
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA UNEMAT:
CAMPUS ALTA FLORESTA

FORTALEZA

2021

ANDRESSA CALLEGARI SILVA

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À GARANTIA DA
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA UNEMAT:
CAMPUS ALTA FLORESTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578a Silva, Andressa Callegari.
Avaliação das políticas públicas institucionais voltadas à garantia da permanência dos estudantes do ensino superior da UNEMAT : Campus Alta Floresta / Andressa Callegari Silva. – 2021.
83 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues..
1. Políticas Públicas. 2. Permanência. 3. Ensino. I. Título.

CDD 378

ANDRESSA CALLEGARI SILVA

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À GARANTIA DA
PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DA UNEMAT: CAMPUS
ALTA FLORESTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Aprovada em: 22/01/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alberto Lima Sampaio
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dr^a. Antônia de Abreu Sousa
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

A Deus pelas bênçãos concedidas.

À minha família pelo apoio, compreensão e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra, toda glória e toda gratidão pelas bênçãos concedidas e por manter-me superando os desafios de cada etapa da vida com esperança e fé.

A minha mãe Idalina, por sempre me incentivar a continuar os estudos e nunca desistir dos meus sonhos, por todo amor e incentivo durante a jornada e por sempre me estimular a alcançar voos cada vez mais altos.

A minha família, por todo apoio, dedicação e compreensão durante minhas ausências e pelo incentivo que me fizeram chegar até aqui.

A Universidade do Estado de Mato Grosso, por propiciar essa oportunidade e pelo apoio para realização das disciplinas e dessa pesquisa.

A Universidade Federal do Ceará pela oportunidade, pelo acolhimento e por toda ajuda para realização dessa pesquisa.

A Profa. Dra. Maria do Socorro de Sousa Rodrigues pela parceria, por toda paciência e dedicação na orientação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola pela dedicação e comprometimento na gestão do nosso curso.

Aos demais Professores que tive a honra de conhecer, por todo conhecimento, comprometimento e dedicação nas disciplinas lecionadas.

Aos queridos colegas da turma de mestrado, por todos os momentos vividos juntos durante essa jornada.

Aos sujeitos que compuseram essa pesquisa, pela disponibilidade e fornecimento das informações sem as quais esse trabalho não teria sido possível.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta pesquisa, muito obrigada.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.” (Marthin Luther King).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo identificar a eficácia das Políticas Institucionais voltadas à permanência dos alunos nos cursos de graduação do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta, considerando a perspectiva dos alunos de graduação matriculados no Campus entre 2017 e 2019. Políticas Públicas são programas ou ações com objetivo de assegurar o direito de cidadania para grupos da sociedade ou para um determinado segmento social. Neste sentido, Políticas de Assistência Estudantil no Ensino Superior visam garantir o acesso, a permanência e a conclusão da graduação, considerando a inclusão social, a melhoria do desempenho e da qualidade de vida do estudante. Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, do tipo exploratório-descritiva, de abordagem quantitativa, tendo como procedimento de coleta e análise o estudo de caso. Sua fonte documental é a legislação vigente, cotejada por outras pesquisas do mesmo perfil. A primeira fase de recolha dos dados foi realizada em documentos no acervo da UNEMAT, seguida da aplicação de questionário junto aos estudantes. O universo da pesquisa é de 1.130 alunos matriculados, entre os anos 2017 e 2019, nos cursos de graduação, do Campus de Alta Floresta da UNEMAT, *lócus* da pesquisa. A amostra é do tipo não probabilística e por conveniência, calculada pela taxa de retorno dos questionários enviados. Os resultados evidenciam que as maiores dificuldades dos discentes em permanecer na graduação, são: financeiras, conciliar o trabalho com o curso e problemas psicológicos enfrentados por eles. Em relação às bolsas e auxílios existentes no Campus, os acadêmicos acreditam que o quantitativo de bolsas ofertadas, bem como o valor pago para os beneficiados, não é suficiente para suprir suas necessidades como estudantes. Alegam que falta divulgação e orientação sobre os programas de assistência aos alunos e que é necessário diminuir a burocracia nos processos de seleção. Dentre as ações de melhoria propostas por eles, apontaram a criação de um cadastro socioeconômico, feito no ato da matrícula, visando facilitar a identificação dos discentes em situação de vulnerabilidade. Outras ações seriam: implantação de um restaurante universitário, auxílio transporte e atendimento psicológico em tempo integral aos alunos. Em face aos resultados, considera-se que as ações de assistência estudantil existentes no Campus, não têm sido suficientes para atender a demanda necessária existente. Contudo, as políticas de assistência têm se mostrado eficazes na busca por assegurar o direito ao ensino superior público e de qualidade, promovendo condições de igualdade entre os alunos, apesar de intempéries circunstanciais.

Palavras-chave: políticas públicas; permanência; ensino.

ABSTRACT

The present research aims to identify the effectiveness of Institutional Policies aimed at the permanence of students in undergraduate courses at the UNEMAT University Campus in Alta Floresta, considering the perspective of undergraduate students enrolled at the Campus between 2017 and 2019. Public Policies are programs or actions aimed at ensuring citizenship rights for groups in society or for a specific social segment. In this sense, Student Assistance Policies in Higher Education aim to guarantee access, permanence and completion of graduation, considering social inclusion, improving student performance and quality of life. It is characterized as a research of an applied nature, of an exploratory-descriptive type, with a quantitative approach, with the case study as its collection and analysis procedure. Its documentary source is the current legislation, compared with other studies of the same profile. The first phase of data collection was carried out on documents in the UNEMAT collection, followed by the application of a questionnaire to students. The research universe is 1.130 students enrolled, between the years 2017 and 2019, in undergraduate courses, at the Campus of Alta Floresta of UNEMAT, the locus of the research. The sample is non-probabilistic and for convenience, calculated by the rate of return of the questionnaires sent. The results show that the greatest difficulties for students to remain in graduation are: financial, reconciling work with the course and psychological problems faced by them. Regarding the scholarships and grants available on the Campus, academics believe that the number of scholarships offered, as well as the amount paid to beneficiaries, is not sufficient to meet their needs as students. They claim that there is a lack of publicity and guidance on student assistance programs and that it is necessary to reduce bureaucracy in the selection processes. Among the improvement actions proposed by them, they pointed to the creation of a socioeconomic register, made at the time of enrollment, in order to facilitate the identification of students in vulnerable situations. Other actions would be: implementation of a university restaurant, transportation assistance and full-time psychological assistance to students. In view of the results, it is considered that the student assistance actions existing on the Campus have not been sufficient to meet the existing necessary demand. However, assistance policies have been shown to be effective in seeking to ensure the right to public and quality higher education, promoting equal conditions among students, despite circumstantial weather.

Keywords: public policies; permanence; teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As cinco dimensões das políticas públicas segundo Castro; Oliveira (2014).....	24
Quadro 2: Diferenças entre Assistência Social e Assistência Estudantil.....	34
Quadro 3: Aspectos e Indicadores de uma avaliação (BOSCHETTI, 2009).....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Etapas da pesquisa.....	47
Tabela 2 – Motivos da desistência do curso.....	51
Tabela 3: Distribuição dos discentes pesquisados por sexo e idade.....	52
Tabela 4 – Quantitativo de discentes respondentes e matriculados por curso de graduação.....	55
Tabela 5 – Relação de ingressantes através do sistema de cotas (ações afirmativas).....	56
Tabela 6 – Distribuição das vagas no <i>Campus</i>	56
Tabela 7 – Problemas/Dificuldades em permanecer no curso de graduação.....	57
Tabela 8 – Relação de discentes respondentes por bolsa.....	59
Tabela 9 – Quantitativo de bolsas preenchidas no Campus de Alta Floresta.....	59
Tabela 10 – Relação de discentes que participaram de programas de bolsa/auxílios durante a graduação.....	61
Tabela 11 – Frequência de participação dos discentes nos programas de permanência.....	61
Tabela 12 – Respostas dos discentes sobre as dificuldades em acessar aos programas da IES..	62
Tabela 13 – Eficácia da Assistência Estudantil da UNEMAT na opinião dos respondentes.....	64
Tabela 14 – Propostas dos discentes para melhorar a assistência estudantil no Campus.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Situação acadêmica.....	51
Gráfico 2 – Forma de moradia.....	53
Gráfico 3 – Forma de moradia – com quem reside.....	53
Gráfico 4 – Renda familiar mensal.....	54
Gráfico 5 – Formas de ingresso na graduação.....	55
Gráfico 6 – Relação de respondentes que recebem auxílio ou bolsa.....	58
Gráfico 7 – O valor recebido é suficiente para o fim que se destina.....	60
Gráfico 8 – Grau de importância da assistência estudantil para a permanência dos discentes na graduação.....	63
Gráfico 9 – Quantitativo de bolsas/auxílios suficientes para atender a demanda do Campus de Alta Floresta.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FOCCO	Programa de Formação de Células Cooperativas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PIBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência
PROBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEG	Pró-Reitoria de Ensino e Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SINAES	Sistema de Avaliação da Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	18
2.1	Contexto histórico do Ensino Superior brasileiro	18
2.2	A educação superior no Brasil segundo o Censo 2019 - MEC/INEP (2020)	22
3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA	23
3.1	A visão de pesquisadores sobre políticas públicas	23
3.2	Acesso e Permanência	24
3.3	Assistência Estudantil	29
4	AVALIAÇÃO DO ENSINO E POLÍTICAS PÚBLICAS	36
4.1	Avaliação do ensino	36
4.2	Avaliação de políticas públicas de apoio a estudantes	40
5	PERCURSO METODOLÓGICO	43
5.1	Natureza e tipologia da pesquisa	43
5.2	<i>Lócus</i> da pesquisa	43
5.3	População e amostra	44
5.4	Instrumento de coleta de dados	45
5.5	Técnica de coleta e tratamento dos dados	45
5.6	Etapas da pesquisa	46
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	48
6.1	A UNEMAT – <i>Lócus</i> da pesquisa	48
6.2	Perfil básico dos discentes pesquisados	50
6.3	Percepções sobre as ações de permanência e Assistência Estudantil	57
7	CONCLUSÕES	69
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	80

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de assistência estudantil na educação superior brasileira encontraram aporte legal a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a educação passou a ser um direito público, conforme o Artigo nº 205 que afirma que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, e determinado em seu Art. 206 que os estudantes devem ter igualdade de condições para o acesso e permanência, bem como a gratuidade do ensino público nas Instituições oficiais, ou seja, o Estado deve garantir condições necessárias para que todos tenham acesso a este direito (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 afirma direitos que buscam promover a permanência dos alunos na Universidade e reconhece, na maioria dos estudantes das classes trabalhadoras, problemas econômicos, pedagógicos e/ou psicológicos que precisam de auxílio financeiro para alimentação, moradia, transporte e materiais didáticos.

Neste sentido, as políticas públicas de assistência estudantil na educação superior surgem para promover a permanência dos alunos na Universidade, buscando prover recursos para combater de impedimentos que possam vir a atrapalhar o desempenho acadêmico ou a conclusão do curso, a fim de minimizar o abandono de curso ou trancamento de matrícula, ou seja, estão voltadas para as questões econômicas, de auxílio financeiro, moradia e transporte, e também, questões pedagógicas e/ou psicológicas abrangendo todas as áreas dos direitos humanos que compreendam na garantia de recursos mínimos para o estudante concluir sua graduação.

Alguns fatores podem influenciar sobre a permanência dos alunos nas Universidades, o problema da baixa procura por cursos superiores e posteriormente a dificuldade na sua permanência, vai além da falta de oportunidades ofertadas pelo Estado, pois existem outras questões, uma vez que, nem a gratuidade do ensino é garantia de acesso e permanência nas IES, (BONETI; GISI; FILIPAK, 2013).

Existem dificuldades no acesso, já ocorrem possivelmente, no ingresso por meio de processos seletivos complexos, bem como, às questões relacionadas à formação durante a educação básica pública, ou até mesmo questões econômico-financeiras que dificultam a entrada e a permanência desses alunos.

Diante desse quadro, na educação superior, existem fatores a serem estudados que podem influenciar na permanência dos estudantes nas universidades. Vale, então, ressaltar que é de suma importância ações de assistência estudantil, que visem não somente aumentar o

número de ingressos nos cursos, como também mantê-los em sala de aula de tal forma que possibilitem a conclusão de seus estudos com sucesso profissional na área escolhida.

Pelo exposto, percebe-se o quanto se faz importante pensar em ações que motivem a permanência dos discentes nos cursos de graduação, surgindo assim o interesse em conhecer tais ações das políticas públicas de permanência na educação superior.

Confirmando estas inquietações a pesquisa realizada por Oliveira (2017) sobre políticas públicas voltadas à Assistência Estudantil, percebe-se que o estudante necessita de acompanhamento tanto para dificuldades acadêmicas, quanto psicossociais, pois este público é vulnerável pelo excesso de atividades, alteração do sono e situações como a distância familiar. Isso pode ocasionar ansiedade ou outros transtornos, dificultando a conclusão do curso.

Em sua pesquisa, Canuto (2018) identificou fatores internos e externos que motivam a permanência dos alunos em um curso superior. E dentre outros aspectos, concluiu que os envolvidos no ensino, tais como professores e gestores devem se esforçar para que os alunos compreendam a importância do conhecimento que estão obtendo para sua formação pessoal e profissional, só assim serão motivados a concluir seus estudos. Se as Instituições têm conhecimento sobre o que motivam seus alunos, podem contribuir de forma a estimulá-los ao longo do curso.

Como profissional da área administrativa, esta pesquisadora vem trabalhando no Campus Universitário da UNEMAT em Alta Floresta desde 2014, atuando na Supervisão de Apoio Acadêmico, e vem observando, que tanto no âmbito Institucional local – Campus Alta Floresta, quanto Estadual - UNEMAT, é baixa a existência de pesquisas voltadas para a assistência estudantil e permanência dos discentes, apesar de um esforço constante dos docentes e gestores no intuito de garantir a permanência dos discentes aos cursos regulares com a finalidade de diminuir a evasão escolar.

O Campus Universitário da UNEMAT em Alta Floresta foi criado em 1992, com o objetivo de atender a demanda da população local e regional, sendo um polo que inclui toda a região Norte do Estado de Mato Grosso. Em dezembro de 2019 o Campus conta com quatro cursos de graduação e com aproximadamente 1.130 alunos matriculados nos cursos de Bacharelado em Agronomia, Engenharia Florestal e Direito e Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas.

Entendendo a importância de uma política de permanência para garantir o direito ao estudante de concluir o ensino superior público, gratuito, com qualidade e em tempo hábil, considera-se que no Campus da UNEMAT em Alta Floresta, existe uma lacuna que precisa ser investigada, com vistas a conhecer se são relevantes os dados sobre permanência, e, portanto,

como as ações de assistência estudantil têm se efetivado na Instituição e se têm contribuído para a permanência e conclusão dos alunos aos cursos de graduação.

Diante do contexto surge o seguinte questionamento norteador desta investigação: qual a eficácia das políticas Institucionais de assistência estudantil na permanência dos alunos dos cursos de graduação no referido Campus? A partir dos resultados, novas propostas de ações poderão contribuir com o incremento dessa política pública para a permanência do aluno na Instituição até a conclusão do seu curso.

Como objetivo geral do presente estudo, pretendeu-se identificar a eficácia das Políticas Institucionais voltadas à permanência dos alunos nos cursos de graduação do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta - MT. Acredita-se que esta pesquisa possibilitará identificar a efetividade das ações de Assistência Estudantil em relação às necessidades discentes.

Para alcançar o objetivo geral desenvolveram-se os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Descrever quais as ações do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta que visam a permanência dos alunos;
- b) Analisar se as ações promovidas influenciam a permanência dos discentes;
- c) Propor ações para aumentar a eficácia e garantir a permanência dos estudantes.

Trata-se de um estudo de caso de natureza aplicada, do tipo exploratório-descritivo, de abordagem quantitativa, com recorte temporal entre 2017 e 2019 e realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso, no Campus Universitário de Alta Floresta. O universo são todos os alunos matriculados no período supracitado no Campus, com amostra não probabilística por conveniência, representada pela taxa de retorno dos questionários enviados.

No amparo teórico contou-se com alguns estudos de Oliveira (2017); Canuto (2018); Filho (2019); Araújo (2018), Avaliação de Políticas Públicas organizado por Lígia Mori Madeira – UFRGS (2014); Cristovam Buarque (2003), Heraldo Vianna (2014) Dias Sobrinho (2012); Vieira (2007); Filipak & Pacheco (2017); Gisi & Pegorini (2016), além de Lei do SINAES; PENAES; PNE (2014-2024); LDB e a própria Constituição Federal de 1988.

Este trabalho tem relevância política para o Estado de Mato Grosso e para UNEMAT, principalmente por se tratar de um estudo de caso, uma vez que, por meio da realidade descortinada, poderão ser redefinidas ações de melhoramento, se for o caso, em cumprimento ao precípuo papel político da IES e do Estado, no seu objetivo de conhecer e acompanhar as demandas sociais e locais.

Ao deslançar uma pesquisa acadêmica sobre políticas públicas, a relevância científica se faz evidente, ao contribuir com a produção e saber nesse campo de conhecimento e a

contribuição social que, entre outros objetivos atendidos, poderá minimizar efeitos de exclusão vivida em nosso país e, especialmente, nesta região.

Em vista disso, a apresentação deste trabalho se estruturou com a introdução do tema proposto no primeiro capítulo, abordando o problema e os objetivos da pesquisa. O segundo versará sobre o contexto histórico do Ensino Superior Brasileiro. O terceiro capítulo aborda sobre Políticas públicas de acesso e permanência, introduzindo ao tema com a visão dos pesquisadores e posteriormente, subdividindo em noções de Acesso e Permanência e Assistência Estudantil. O quarto capítulo tratará sobre Avaliação do ensino e avaliação de Políticas Públicas, sua contextualização e avaliações institucionais. No quinto capítulo apresentar-se-á o caminho da pesquisa, tais como natureza, universo, *locus* da pesquisa e escolha do instrumento. No sexto capítulo será exposta a análise dos resultados obtidos, subdividindo em: as políticas de Assistência Estudantil no âmbito da UNEMAT, o perfil básico dos discentes pesquisados e as percepções dos respondentes sobre as ações de permanência e assistência estudantil e, finalizando no sétimo capítulo, com as conclusões da pesquisa.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo buscar-se-á apreender alguns dos principais aspectos históricos que compõem a realidade do ensino superior brasileiro, apresentando um breve histórico de como se deu o seu surgimento, expansão, democratização desde suas origens até o contexto atual. Para isso é necessário entender como o Ensino Superior surgiu no mundo, posteriormente seu surgimento no Brasil e por fim como se encontra atualmente.

2.1 Contexto histórico do Ensino Superior brasileiro

Segundo Bortolanza (2017) o surgimento da Universidade no mundo é de difícil concordância, acredita-se que tenha surgido no ano 387 antes de Cristo, com a criação da Academia por Platão na Grécia. Arqueólogos também apontaram a Universidade de Alexandria no antigo Egito e sua biblioteca existente a cerca de 295 A.C, sendo o que mais condiz como a primeira Instituição com conceito de Universidade, embora nunca tenha sido designada como tal.

Para Gomes; Taylos e Saraiva (2018) as Instituições na Europa surgiram ao final do século XII e início do século XIII, reunindo discípulos sob a autoridade da igreja católica, com objetivo de formar somente os filhos de nobres da época. A partir do século XV começa a surgir discussões sobre a oferta de ensino superior com o intuito de profissionalizar os estudantes, visando aplicação e rentabilidade e não somente conhecimento em si. Esse período que corresponde a Idade Média, onde as Universidades, inicialmente possuíam uma estrutura medieval até o século XVII (BORTOLANZA, 2017)

Já no século XVII as Universidades avançaram na Europa, passando a ser consideradas como ambiente para pesquisa e debatendo assuntos da época, iniciando assim, o modelo atual de ensino. Ao final do século, as Universidades já buscavam a interação entre o ensino e pesquisa, visando integração entre o desenvolvimento econômico e social da época (GOMES; TAYLOS E SARAIVA, 2018). Nesta época o ensino europeu se expande para a América Latina e influencia os modelos adotados no continente americano.

Com a chegada do século XIX, ocorreu uma Revolução Universitária, influenciada pela Revolução Científica da época, e a Universidade passou a ser o local de realização de pesquisas científicas. Pode-se destacar a Universidade de Bolonha, fundada em 1088 e constitui a mais antiga Universidade e a primeira no ocidente, uma das Universidades destaque entre as Europeias que continua em atividade até hoje.

Enquanto na América latina, Bortolanza (2017), aponta que as Universidades seguiram os modelos Europeus, sendo o modelo Francês o mais utilizado nas Universidades implantadas. Antes do final do século XVIII a maioria dos países latino-americanos tinha uma ou mais Universidades, com exceção do Brasil.

Vasconcelos (2010), afirma que a educação superior no Brasil se iniciou de forma tardia em relação aos outros países. Durante cerca de 300 anos as únicas iniciativas em educação no país se deram por meio dos jesuítas, com cursos de artes e teologia nos colégios da Bahia. Desta forma o desenvolvimento do ensino superior no Brasil foi diferente do restante do continente latino-americano, isso porque enquanto a colonização espanhola instituiu a primeira Universidade em 1538, no Brasil só teve início em 1572, criada pelos portugueses (MASOLA; ALLEVATO, 2017). Quem tinha condições na época, ou seja, filhos de latifundiários, altos membros da igreja ou da coroa, iam para a Europa para obter uma formação universitária.

Segundo Gomes; Taylor e Saraiva (2018) somente a partir do século XVIII é que surgem os cursos voltados para formar burocratas para o Estado e especialistas para produção. Assim, para Bortolanza (2017) o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil pode ser dividido em dois momentos históricos: o primeiro caracterizado pelas escolas profissionalizantes e o segundo pelas escolas de filosofia, ciências e letras.

Em 1808 começou a estruturação do Ensino Superior no Brasil, com a chegada da família real ao Brasil, sendo instalados cursos superiores no Rio de Janeiro a fim de suprir as necessidades do Estado (MASOLA E ALLEVATO, 2017). A criação de Universidades no país só se efetivou de fato no século XX.

Segundo Corbucci (2014) essa implantação tardia do Ensino Superior aliado à longa duração da escravidão no Brasil, são fatos que influenciam até hoje sobre os índices de acesso à educação superior. Além disso, nesta época os estudos eram voltados para a formação profissional tradicional como cursos de direito e medicina ou engenharias. O estado exercia um forte controle sobre o ensino, determinando quais instituições iriam ser criadas, quais seriam seus objetivos e os programas de ensino aplicados. Este modelo de ensino se manteve quase inalterado até o final do século XIX. (BORTOLANZA, 2017).

A criação da primeira Universidade brasileira se deu em 1920 no Rio de Janeiro e em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo. O ensino superior brasileiro sofreu influência direta de Portugal, sendo a Universidade de Coimbra a principal referência (BORTOLANZA, 2017).

De acordo com Masola e Allevato (2017), o desenvolvimento do ensino superior federal no Brasil, se deu a partir de 1945, juntamente com a ideia de que cada estado da federação tinha

o direito a no mínimo uma Universidade Federal. Porém o Ensino Superior na época possuía uma característica elitista que beneficiava somente os filhos da aristocracia colonial.

A partir de 1950 ocorreu um aumento na procura por cursos superiores, surgindo assim, novas áreas de trabalho, sendo promulgadas leis para a regulação dos vestibulares, ampliando o ingresso ao ensino superior. Em 1961 surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases – LDB, regulamentando o funcionamento da educação superior no Brasil (MASOLA; ALLEVATO, 2017).

Segundo Bortolanza (2017), outro momento importante na história do Ensino Superior no Brasil, se deu em 1968 com uma reforma no Ensino, no qual o governo buscou atender a demanda, ampliando o acesso ao ensino público e fomentando a expansão das Universidades privadas. Com a reforma universitária em 1968, várias Instituições privadas surgiram, a princípio sem fins lucrativos, e permaneceu assim até a LDB de 1996 onde foram estabelecidos normas para a criação de IES empresariais, ou seja, com fins lucrativos.

Corbucci (2014) afirma que a privatização da educação superior em grande escala a partir da reforma universitária de 1968 foi um fator que influenciou no acesso, fazendo com que avançasse rapidamente em relação aos países vizinhos. Apesar do modelo de ensino privado nem sempre contemplar um grande número de ingressantes afrodescendentes e pobres nas Instituições em relação às IES públicas. Porém, atualmente esta proporção tem melhorado após a criação do PROUNI.

Como consequência da reforma, até o início de 1970 as Universidades se expandiram para todos os grandes centros, aumentando a quantidade de Universidades Estaduais e de Instituições de Ensino privadas sem fins lucrativos.

De acordo com a autora Vasconcelos (2010), com a expansão do Ensino Superior no Brasil nos anos 1970, as matrículas saltaram de 300.000 para 1.5 milhão até 1980, isso devido à concentração urbana e as novas exigências para a mão de obra industrial e de serviços na época. Nesta época também ocorreram mudanças nos processos de seleção para o ingresso, passando a ter provas de múltipla escolha e não mais provas dissertativas e orais.

A partir da LDB de 1996 possibilitou-se IES com finalidades lucrativas, surgindo à expansão do ensino privado, aumentando o número de matrículas no Ensino Superior brasileiro (GOMES; TAYLOR; SARAIVA, 2018). Também foi criado Universidades por campo de conhecimento, cursos de curta duração dentre outras modalidades de Ensino de menor impacto (MACEDO; TREVISAN; TREVISAN; MACEDO, 2005).

Com o aumento da oferta e quantidade de cursos privados, ocorreu a mercantilização do ensino no Brasil¹, ou seja, a oferta dos serviços educacionais por meio da iniciativa privada. As IES passaram a adotar estratégias na busca por novos alunos, como: a profissionalização da gestão das Instituições, fusões de Universidades e Centros Universitários, a fim de se tornarem grandes centros, gerando crescimento rápido e possibilitando a expansão para outras localidades.

Barros (2015) demonstra em seu estudo que o Ensino Superior no Brasil teve um crescimento de 110% entre 2001 a 2010, onde a predominância de matrículas é da rede privada de ensino, atingindo 74,2% de matrículas em 2010, enquanto que as IES públicas caíram de 31,1% em 2001 para 25,8% em 2010.

Atualmente o Ensino Superior no Brasil, segundo Gomes; Taylor e Saraiva (2018), é ofertado por Universidades, Centros universitários, Faculdades e Centros tecnológicos, podendo ser públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos. São três tipos de graduação existentes: Licenciatura, Bacharelado e Formação Tecnológica, podendo ser de modalidade presencial, onde a frequência mínima do aluno deve ser de 75% ou na modalidade a distância, utilizando-se de tecnologias de comunicação e recursos como computadores e internet, onde o aluno pode administrar seus horários de aprendizagem. Também existe a modalidade de ensino semipresencial, contendo aulas presenciais e a distância.

Dentre os processos de expansão da Educação Superior no Brasil que vêm ocorrendo nas últimas décadas, Macedo; Trevisan; Trevisan; Macedo (2005) explicam que o país tem tido muitos problemas relacionados à falta de planejamento e à qualidade do ensino ofertado.

É necessário que a expansão do ensino ocorra com o objetivo de: aumentar as vagas do sistema público de ensino, tornando equilibradas a oferta de vagas pelos sistemas público e privado, diminuir as diferenças regionais, adequando as vagas as diferentes áreas de conhecimento e incentivar os cursos tecnológicos, ampliando os cursos de curta duração e fomentando a educação a distância (MACEDO; TREVISAN; TREVISAN; MACEDO, 2005).

¹ Processo em que o desenvolvimento dos fins e dos meios da educação superior sofre uma reorientação de acordo com o mercado sob o qual a educação perde o status de bem público e assume condição de serviço comercial.

2.2 A educação superior no Brasil segundo o Censo 2019 - MEC/INEP (2020)

Esta seção aborda os principais dados relacionados aos números de alunos na Educação Superior no Brasil, em 2019, conforme o Ministério da Educação – MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, divulgados em outubro de 2020. Tais números indicam que:

O total de Instituições de Ensino Superior em 2019 foi de 2.608 Instituições, sendo 2.306 privadas e somente 302 Instituições públicas, divididas entre federais, estaduais e municipais. Com um número total de matriculados de 8.603.824, dos quais 2.080.146 são pertencentes às Instituições públicas e 6.523.678 de Instituições privadas.

Em relação aos novos ingressantes no ano de 2019, obteve-se um total de 3.633.320 de novos alunos, sendo 2.041.136 alunos do ensino presencial e 1.592.184 alunos da modalidade a distância. Nota-se que o ingresso de alunos na modalidade de ensino a distância saltou de 16,1% em 2009 para 43,8% em 2019. Enquanto o número de ingressantes nos cursos de graduação presencial diminuiu 14,3% nos últimos cinco anos.

Dentre as universidades que oferecem cursos a distância, 105 são públicas e 308 são privadas. Observa-se na pesquisa, que a modalidade de ensino a distância vem crescendo significativamente, principalmente entre as Universidades privadas, possuindo um número de matriculados de 2.450.264, sendo menor que da modalidade presencial, que foi de 6.153.560.

Em relação aos concluintes nos cursos de graduação, o Censo revelou que 1.250.076 alunos concluíram o curso no ano de 2019, onde 251.374 são de Universidades públicas e 998.702 de privadas.

Verifica-se que existe uma grande participação da iniciativa privada na educação superior no Brasil, tanto em número de instituições, como em número de matriculados, ingressantes e concluintes. Dentre as Universidades públicas, as federais possuem maior número de matriculados, de novos ingressantes e concluintes em relação às estaduais e municipais.

Por fim, o censo de 2019 apontou que as matrículas no Ensino Superior obtiveram um crescimento de 43,7% nos últimos dez anos, sendo que no ano de 2019 o crescimento foi de 1,8% de taxa de matrícula.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

Este capítulo aborda sobre Políticas públicas de acesso e permanência, introduzindo ao tema com a visão de pesquisadores e posteriormente subdividindo em noções de Acesso e Permanência e Assistência Estudantil, considerando produções teóricas e legislações já existentes, contextualizando as concepções e conceitos relativos ao tema.

3.1 A visão de pesquisadores sobre políticas públicas.

As Políticas Públicas são programas ou ações que têm por objetivo resolver um problema público de uma determinada área. Em seu artigo, os autores Castro; Oliveira (2014, p. 22) citam que políticas públicas podem ser entendidas “[...] como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”. Ou seja, trata-se de programas ou ações do governo, em forma de bens ou serviços à população, que atendam as demandas relacionadas aos problemas e anseios da sociedade.

Neste sentido as políticas sociais são tentativas de promover a igualdade de oportunidades para grupos sociais vulneráveis. Segundo Pessoa (2012), compreende ações que propiciem: o acesso a instrumentos pedagógicos necessários à sua formação, o acompanhamento das necessidades e provimento dos recursos mínimos para o estudante se manter, como moradia, alimentação, transporte e auxílio financeiro.

Segundo Castro; Oliveira (2014) a Constituição de 1988, desde a sua promulgação, tem sido importante norteador para formulação de políticas públicas no Brasil, porém somente a partir do início do século XXI é que o país passou a implementá-las voltando-as para um desenvolvimento social mais inclusivo.

Os autores dividem as políticas públicas sobre o aspecto de cinco dimensões, que são: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional. Cada dimensão tem determinados resultados dentro do processo de desenvolvimento, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1 - As cinco dimensões das políticas públicas segundo Castro; Oliveira (2014).

Dimensões	Descrição
Social	Voltada para ações públicas focadas em transferências de renda e regulação do mercado, buscando a justiça social.
Econômica	Foco nas políticas voltadas à garantia de estabilidade macroeconômica e de crescimento, como investimentos em produção e em infraestrutura econômica e social.
Ambiental	Voltado para a sustentabilidade associada ao desenvolvimento, utilizando adequadamente os recursos naturais. Neste caso, as políticas públicas, buscam a preservação e recuperação do meio ambiente e os problemas ambientais, principalmente quando atingem as populações mais pobres.
Territorial	Voltadas à distribuição de território e condições melhores de acesso a bens e serviços. A função do Estado neste sentido é buscar diminuir as desigualdades territoriais.
Político-institucional	Consiste no fortalecimento do Estado e de suas instituições de forma democrática que promovam a participação e inclusão social.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de Castro; Oliveira (2014).

Segundo os autores Castro; Oliveira (2014) às ações relevantes as políticas educacionais estão dentro da dimensão da política social, que são voltadas para a inclusão dos grupos em condições desiguais aos demais, em escolas e Universidades. “Esse aparato físico e humano se faz acompanhar da distribuição de alimentos e refeições, livros e materiais didáticos, de serviços de transporte escolar, e do acesso aos meios digitais de aprendizagem e à internet para alunos da rede pública da educação básica” (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 30).

Dentro das políticas públicas de acesso e permanência no Ensino Superior Palácio (2012), explica que são ações do Estado, que garantem condições para os estudantes, voltadas ao público mais excluído para assegurar condições iguais ou parecidas aos demais.

3.2 Acesso e Permanência

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser um direito público e destinado a todas as classes sociais, sendo um dever do Estado garantir condições para que todos tenham acesso a esse direito (VASCONCELOS, 2010).

A constituição federal de 1988 prevê em seu Art. 205 que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando o desenvolvimento pessoal, preparo para o

exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. E determina em seu Art. 206, entre outros princípios, que os estudantes devem ter igualdade de condições para o acesso e permanência, bem como a gratuidade do ensino público nas Instituições oficiais (BRASIL, 1988).

O ensino superior brasileiro tem se expandido a partir da década de 1990, acompanhando a ampliação de outras partes do mundo. Porém, apesar do número de vagas terem aumentado durante os anos e os processos de seleção terem sofrido alterações, o acesso ao ensino ainda é restrito à maioria dos jovens, talvez porque, muitos deles tenham que conciliar trabalho e estudo, ou por esse sistema de ensino exigir uma maior autonomia e conhecimentos prévios do acadêmico. Ou simplesmente por se tratar de um sistema seletivo, onde o acesso se dá por mérito, excluindo muitos jovens, já que não existe uma obrigatoriedade do estado em garantir o acesso de todos ao ensino superior (COSTA; DIAS, 2015).

Através da Lei nº 9.394 de Diretrizes da Educação (LDB), pelo Art. 9º, foi instituída a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Com base em diversos fatores que permeiam o cenário da educação superior no Brasil, o Governo lançou o PNE 2014-2024. Trata-se de um Plano com 20 metas que determinam as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos 10 anos. Dentre as suas metas para o ensino básico, também se destaca a meta 12 voltada para o ensino superior, onde busca elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Outra meta é elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento) (BRASIL, 2014).

Os autores Filipak; Pacheco (2017) buscaram em sua pesquisa, discutir sobre as possibilidades de democratização do acesso à educação superior no Brasil analisando a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) citada acima, e concluíram que, a democratização da educação superior não está sendo cumprida, afirmando que após o ingresso, os estudantes enfrentam a falta de condições mínimas para a continuidade dos estudos e acabam por não concluí-lo.

A educação superior no Brasil está longe de ser democratizada, pois os problemas vão além do acesso, se referem também, a permanência e evasão. As políticas públicas devem garantir acesso e conclusão dos estudos com qualidade e isso requer investimentos e valorização da educação, tornando-se assim realidade a democratização (FILIPAK; PACHECO, 2017).

Para atingir as metas definidas no PNE (2014-2024) são necessárias ações que garantam condições de acesso, permanência e formação profissional de qualidade aos acadêmicos. Segundo Baggi; Lopes (2010), a permanência do aluno depende da implementação e acompanhamento de políticas públicas educacionais, que ofereçam igualdade de oportunidades de acesso, bem como um suporte pedagógico, a fim de tentar combater a evasão.

Já para Vieira (2007), o fracasso dos planos de educação se dá por dois motivos: excesso de propostas e falta de previsão orçamentária, explicando que o melhor é se criar metas de curto, médio e longo prazo.

Segundo Gisi; Pegorini (2016), a evasão no ensino superior se dá por diversas causas, pode ser por fator econômico do discente, dificuldade em conciliar trabalho e estudo, dificuldades de pagamento de alimentação, transporte, materiais didáticos, entre outros ou até mesmo da própria instituição, que podem ser as expectativas não atendidas dos alunos e as condições oferecidas para sua permanência.

Palácio (2012), na sua pesquisa, observou que as dificuldades de permanência no ensino superior são parecidas com as de ingresso. Existem estudantes que têm dificuldades em acompanhar o ensino decorrente do ensino básico de má qualidade, como explica Corbucci (2014): “portanto, a aceleração do processo de incorporação dos jovens brasileiros na educação superior dependerá, em grande medida, da melhoria do fluxo escolar no ensino fundamental, de modo a assegurar sua conclusão na idade considerada adequada, a um contingente muito maior do que o atual” (p. 11).

Outros estudantes possuem dificuldades financeiras, de transporte e alimentação, que também dificultam a sua permanência. As condições socioeconômicas também são fatores que influenciam no ingresso e desempenho dos estudantes, isto porque o acesso às Universidades normalmente se dá com a maioria, onde, em muitos casos, a pessoa já precisa ser inserida no mercado de trabalho, pois possui necessidade de gerar renda para sobreviver, podendo este ser um empecilho para a continuidade dos estudos, fato agravado quando os jovens não conseguem concluir o ensino médio na idade adequada, dificultando ainda mais ingressar ao ensino superior (CORBUCCI, 2014).

O autor traçou um perfil dos principais motivos que dificultam a permanência no curso, dentre eles estão: a falta de vocação para o curso, a falta de tempo para estudar conciliando-o ao trabalho, a distância entre a residência e a faculdade, o transporte, as dificuldades em acompanhar o conteúdo das aulas e a estrutura do curso ou da universidade (PALÁCIO, 2012).

A questão da evasão no ensino superior é um problema que afeta as instituições no Brasil. Segundo os autores Filho; Montejunas; Hipólito e Lobo (2007), perder estudantes que

iniciam, mas não concluem os cursos, são perdas acadêmicas, econômicas e sociais para o Estado, pois são recursos públicos que estão sendo investidos sem retorno, gerando também uma fonte de ociosidade para professores, funcionários e estrutura das Universidades. A evasão no ensino superior brasileiro de um ponto de vista macro, também está correlacionada com fatores socioeconômicos.

Já sob a visão de Boneti; Gisi e Filipak (2013 *apud* PAREDES, 1994), os casos de evasão poderiam ser divididos em fatores internos e externos. Internos quando têm relação ao curso: estrutura, espaço físico, corpo docente, assistência sócio educacional como programas de bolsas e auxílios aos estudantes. Já os fatores externos seriam relacionados diretamente ao aluno, sua vocação para o curso, aspectos financeiros e problemas de ordem pessoal.

Amaral (2013) também apontou fatores internos e externos, motivadores da evasão. Como fatores internos, destacou-se a dificuldade em conciliar o curso e trabalho, as condições socioeconômicas dos alunos, interesses dos alunos em fazer outro curso e insatisfação com o curso, comprometendo seu desempenho. Como fatores externos, a pesquisa revelou a falta de ações institucionais para evitar a evasão e dificuldades de acesso aos programas de assistência estudantil. Concluindo que a evasão não é um fator dependente só do aluno, mas também da instituição, pela ausência de uma política de permanência.

Outros fatores que prejudicam a permanência são: as greves, a falta de docentes, de laboratórios, de restaurante acadêmico, bem como as dificuldades financeiras dos alunos (PARENTE, 2014).

Para proporcionar a permanência dos discentes em vulnerabilidade social no ensino superior, Santos; Nascimento; Lima; Vasconcelos (2012), em seus estudos, mostram que as ações afirmativas² surgem como medidas de suporte aos estudantes vulneráveis, promovendo a igualdade e assegurando maior participação dos acadêmicos nas instituições públicas. Enfatizam que as políticas de ações afirmativas causa grande impacto na vida dos discentes, oportunizando a sua permanência no curso e contribuindo para a melhoria do seu desempenho, podendo concluir a graduação no período previsto para a duração do curso, sem interrupções, diminuindo a evasão.

Outra questão importante para a evasão seria a desvalorização do diploma universitário e mercantilização do ensino superior (FREITAS; LOBO; DINIZ; AMORIM; MENNOCCHI, 2017). Ou pode estar diretamente relacionada à má qualidade de ensino oferecida por muitas

² Políticas públicas com o objetivo de corrigir desigualdades presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Proporcionar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior.

instituições de ensino superior, causando, assim, perda definitiva do aluno (BAGGI; LOPES, 2010).

Sendo assim, com a grande quantidade de fatores relacionados à evasão, o desafio maior é promover a permanência dos alunos e aumentar a procura e acesso dos jovens ao Ensino Superior. (COSTA; DIAS, 2015). Segundo Filipak; Pacheco (2017, p. 1.257): “[...] a permanência na educação superior refere-se especificamente ao ato, estado, condição do estudante que ingressa na educação superior concluir essa etapa formativa”.

Ou seja, não basta pensar só em ações que visem à ampliação do acesso ao ensino superior, mas também em ações que busque a garantia de permanência desses alunos (ARAUJO, 2018)

Buarque (2003) explica que, com a modernidade do mundo, a Universidade vive uma encruzilhada. O conhecimento é de fácil acesso e não fica acumulado em determinadas pessoas ou locais, o ensino não se dá só por meio da relação aluno professor dentro de uma sala de aula, se dá também por intermédio de outros locais. A formação já não é mais garantia de sucesso profissional e, para acompanhar essa modernidade, as Universidades precisam se reinventar e transformar sua realidade.

O autor também afirma que os vestibulares e exames de seleção para ingresso nas universidades só favorecem os ricos e a classe média, apesar dos programas de reservas de vagas para as “minorias”, no qual ele chama de excluídos e cita: “Os excluídos não têm acesso aos cursos preparatórios e não passam nos exames de seleção” (BUARQUE, 2003, p.15).

A falta de recursos é um fator relevante para a crise nas universidades, “a universidade pública passou de protegida a abandonada” (BUARQUE, 2003, p. 7) e ainda “deixou de ser a vanguarda do conhecimento, tendo perdido também a capacidade de assegurar um futuro exitoso a seus alunos” (p. 8).

3.3 Assistência Estudantil

Para Barros (2015) a assistência estudantil é um mecanismo de direito social que tem como objetivo prover recursos para a superação de impedimentos que possam vir a atrapalhar o desempenho acadêmico ou a conclusão do curso, buscando minimizar o abandono de curso e trancamento de matrícula. Desta forma a assistência estudantil deve abranger todas as áreas dos direitos humanos que compreendam a garantia de condições de saúde, de acesso pedagógico para a formação profissional, bem como provimento de recursos mínimos para o estudante se manter, como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

A trajetória da assistência estudantil no Brasil despontou a partir dos movimentos sociais existentes na luta pelo fim do regime militar. Durante essa época de forte opressão política surgiu duas grandes frentes de discussões sobre as questões educacionais, que foram: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, em 1987. Esses dois segmentos foram criados para garantir a igualdade de oportunidades para os estudantes das IFES da época, proporcionando aos alunos condições básicas para sua permanência e conclusão do curso (VASCONCELOS, 2010).

As Políticas de Assistência Estudantil são um conjunto de fatores que norteiam a implantação das ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da graduação, levando em consideração a perspectiva de inclusão social e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, diminuindo casos de repetências e evasão por falta de condições financeiras (FONAPRACE, 2012).

Ações do Governo Federal têm sido lançadas ao longo da história, com a finalidade de diminuir a desigualdade e garantir o acesso ao ensino superior pelo maior número de pessoas. Pode-se citar a criação do REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de ampliar o acesso e permanência na educação superior.

O referido documento jurídico estabeleceu como uma de suas principais diretrizes “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (BRASIL, 2007, *online*), buscando, aumentar o número de concluintes nos cursos de graduação, reduzindo as taxas de evasão, ocupando as vagas ociosas e ampliando as políticas de inclusão e assistência estudantil das Universidades federais (BRASIL, 2007). Que posteriormente, materializou-se em uma normatização própria por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado

inicialmente pela portaria normativa nº 39, de 12 dezembro de 2007 e, em seguida, ampliada por meio do Decreto Federal 7.234/2010.

Com o surgimento do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, Instituições Federais de Ensino (IFE) vivenciaram um novo cenário, tendo que seguir uma diretriz nacional para ações de assistência estudantil. Nesse sentido, a necessidade de reordenamento de práticas, antes pulverizadas e desarticuladas se fez fulcral, pois, a partir de então, a assistência estudantil passou a desenvolver iniciativas que contemplam as áreas de: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico, respeitadas suas especificidades, com enfoque, entretanto, nas áreas estratégicas e nas modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente.

O programa criado no primeiro mandato do governo Lula, tem como objetivo de atender aos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES, para garantir apoio para a permanência e conclusão dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, buscando ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BARROS, 2015).

Segundo o Ministério da Educação, o PNAES visa apoiar a permanência de estudantes de baixa renda dos cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir de medidas para diminuir a repetência e evasão, usando como critério de seleção o perfil socioeconômico dos alunos de acordo com a realidade de cada Instituição. “O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa” (MEC, 2018).

As ações para permanência definidas pelo PNAES devem ser desenvolvidas em consonância com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando o atendimento dos estudantes regularmente matriculados atendendo as seguintes áreas:

§ 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - Moradia estudantil;

II - Alimentação;

III - transporte;

IV - Atenção à saúde;

V - Inclusão digital;

VI - Cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - Apoio pedagógico; e

X - Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, p. 5).

O FONAPRACE (2012) definiu o PNAES como: “Trata-se de um processo contínuo de ações e políticas que promovam, não somente a democratização do acesso ao ensino superior, mas também a permanência e conclusão dos cursos aos estudantes de baixa condição socioeconômica” (p. 62).

A partir do ano de 2003, vários programas começaram a ser implantados com o objetivo de colaborar com a democratização do Ensino Superior, como por exemplo, a ampliação do PROUNI e do FIES (BARROS, 2015).

Uma das medidas adotada foi a criação do FIES – Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior, que tem como objetivo atender aos alunos que não possuem condições de custear uma formação superior, concedendo financiamento para estudantes de cursos superiores não gratuitos que possuam avaliação positiva do MEC (BRASIL, 2001).

Outra medida criada foi o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que foi institucionalizado em 2005, no governo Lula, visando garantir o acesso a vagas em instituições privadas através da transferência de recursos públicos, por meio de bolsas de estudos. Segundo Barros (2015), esta medida foi bastante criticada na época, por promover uma “democratização às avessas”.

O Programa tem por finalidade conceder bolsas de estudo de 50% ou 25%, podendo ser integral ou parcial, para alunos de graduação em Instituições privadas de ensino, que não possuam outra graduação e cuja renda familiar mensal não exceda um e meio salários mínimos (BRASIL, 2005).

A distribuição de vagas se dá através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, onde o estudante precisa obter uma nota mínima exigida neste exame e possuir uma renda per capita de até um salário mínimo e meio para bolsas integrais e de até 3 salários mínimos para bolsas parciais (BARROS, 2015).

E também a criação da Lei de Cotas, instituída em agosto de 2012, que dispõe da reserva de no mínimo 50% das vagas de Universidades públicas para alunos oriundos do ensino médio público, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e para pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

Para Barros (2015) o tema das cotas nas Universidades ganhou repercussão nos anos 1990, provocando grandes discussões e debates em torno deste assunto, principalmente sobre seu fundamento legal. As Universidades e Institutos Federais tiveram o prazo de quatro anos para implantar a reserva de vagas. A lei das cotas prevê uma revisão do programa no prazo de 10 anos, analisando os impactos causados por esta ação afirmativa aos alunos a quem são destinados.

Para Filipak; Pacheco (2017) políticas públicas como o PROUNI, o FIES, o REUNI e os sistemas de Cotas, têm contribuído para o aumento de estudantes na educação superior, pois esses programas buscam atender uma parcela da população historicamente excluída pela sociedade.

Porém, ainda assim o número de vagas ociosas e de evasão é grande. Nem mesmo a gratuidade do ensino tem sido o suficiente para garantir a permanência dos alunos, pois “além da mensalidade, os estudantes possuem despesas com alimentação, transporte, moradia, materiais escolares, livros, fotocópias, impressões, entre outras; ademais, muitos alunos, além de estudar, precisam trabalhar para manter essas despesas” (FILIPAK; PACHECO, 2017, p. 1.260).

As Instituições Federais contam com o apoio do Governo Federal por meio dos programas PNAES e REUNI onde é garantido repasse específico para fins de Assistência Estudantil. Já as Universidades Estaduais não são contempladas por estes programas, obrigando-se a aplicarem recursos do próprio orçamento nos programas ou através de convênios com os Estados, Prefeituras e instituições privadas (PRAE, 2019).

Segundo Gisi; Pegorini (2016), outra ação do governo para melhorar esse cenário foi à criação da UAB, Universidade Aberta do Brasil, que oferece educação superior a distância, especialmente para professores já atuantes ou novos profissionais, e citam outros programas como:

“Os diferentes programas de assistência estudantil existentes em instituições públicas e os programas e ações voltados à área acadêmica, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Monitoria, o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Apoio à participação em eventos também, de alguma forma, contribuem para a permanência e a melhoria da aprendizagem. No entanto, apesar dos programas, a evasão continua alta, o que sinaliza que não são suficientes ou não são eficientes” (GISI; PEGORINI, 2016, p.27).

Os autores Gisi; Pegorini (2016) explicam que, os programas de acesso e permanência necessitam de esforços conjuntos do Governo e das instituições de ensino para atender, sobretudo aqueles alunos que possuem dificuldades financeiras, ou que tiveram uma trajetória de vida difícil. Para que exista de fato a democratização do ensino superior, são necessárias medidas que diminuam as situações de evasão, que “significa o compromisso das instituições de ensino de buscar formas de atender a todos os estudantes, propiciando apoio pedagógico, ambiente democrático e respeito aos princípios da ética e de justiça” (p. 35).

Sabe-se que os problemas que a educação superior no Brasil vem enfrentando, é fruto de uma série de questões, onde nem mesmo a gratuidade do ensino garante o preenchimento das vagas ofertadas no ensino superior público. Devem-se considerar também problemas com

aprendizagem na educação básica, pois influencia diretamente no acesso e aprovação nos seletivos e sua permanência no curso. Existem os fatores econômico-financeiros e também os planos pedagógicos das Universidades que muitas vezes não contemplam a diversidade cultural dos alunos (BONETI; GISI; FILIPAK, 2013).

Tal perspectiva se reverbera em um modelo seletivo, provisório, pontual e focal para as políticas sociais no Brasil. Isso evidencia o que Yasbek (2000) chama de “refilantropização da questão social”, considerada como a desresponsabilização do Estado em ofertar políticas sociais universais, canalizando uma perspectiva compensatória, transitória e seletiva, que atribui ao cidadão e a sua família a responsabilidade de atender a critérios e condicionalidades de renda. Esse fato traz um tom individualizado e disciplinador às expressões da questão social, e embute, na sua concepção, a “ajuda” em detrimento do direito, até porque as condicionalidades são impostas como critérios que devem ser atendidos pelos usuários.

Assim, muitas vezes, o cidadão atende a essas condicionalidades não por ter uma “consciência social” delas para o exercício de sua cidadania, mas sim por enxergá-las como um disciplinamento para que seu benefício, bolsa ou serviço seja cortado.

Todas essas características, certamente, refletem no desenvolvimento de outras ações que perpassam os programas/projetos e/ou políticas sociais, a exemplo daquelas relacionadas ao acompanhamento, monitoramento e avaliação daquilo que é operacionalizado.

No âmbito da assistência estudantil, os reflexos dessa conjuntura passam por diversos vieses. Concernente ao caráter compensatório e de seletividade, os auxílios e bolsas de transferência de recursos financeiros para o estudante trazem a imposição de atendimento de diversas condicionalidades por parte do discente, tais como matrícula regular, frequência mínima no curso e bons desempenhos nas disciplinas cursadas.

Segundo Araújo (2018), existem diferenças entre assistência estudantil e assistência social, ambas as formas de assistência se caracterizam como políticas públicas de caráter e identidades próprias. Como pode-se observado através do quadro abaixo relacionando as diferenças entre as Assistências:

Quadro 2 - Diferenças entre Assistência Social e Assistência Estudantil

Assistência	Descrição
Social	Promover o atendimento das necessidades básicas, por meio de um conjunto de ações de iniciativa pública.
Estudantil	Combate às desigualdades sociais e ampliação das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de Araújo (2018).

Como Araújo (2018), cita:

Na verdade, a política de Assistência Social e a Política de Assistência Estudantil, configuram-se como políticas públicas sociais, destinadas a atender necessidades sociais institucionalizadas pelo Estado. Tanto a primeira quanto a segunda, destinam-se ao provimento de necessidades básicas de seus respectivos públicos usuários. (p. 78).

Costa (2009), explica sobre o processo de transformação que a Universidade vem passando ao longo dos anos, e como isso interferiu na elaboração de políticas voltadas para a assistência estudantil no Brasil, afirmando que as políticas de assistência estudantil na educação superior têm a finalidade de destinar recursos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos. Sendo assim, tais políticas devem ser voltadas não só para as questões econômicas, como auxílio financeiro, mas também para questões pedagógicas e psicológicas, pois hoje existe uma forte tendência para se pensar na inclusão dos indivíduos na sociedade, sendo a educação um de seus maiores objetivos.

Conforme Pessoa (2012) para que o estudante se desenvolva plenamente na universidade é necessária uma política de assistência para suprir suas necessidades básicas, além da qualidade do ensino e estrutura da universidade, onde segundo FONAPRACE (2012), a assistência estudantil deve estar presente no ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável.

Parente (2014) afirma em sua pesquisa, que mesmo a instituição tendo uma política de assistência estudantil e o curso possuindo bolsas e projetos de pesquisa e extensão, metade dos ingressantes pesquisados por ele já desistiram do curso, sendo que os fatores que contribuem para a permanência e o bom desempenho dos discentes, estão relacionados ao acervo bibliográfico, a bolsas de estudo, a projetos de pesquisa e extensão, a infraestrutura física, a interação com os colegas e professores e a qualidade do ensino.

No estudo de Dumaresq (2014), foram analisados diversos programas desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil e como eles impactam na melhoria do desempenho acadêmico dos discentes. Evidenciou-se que os alunos entendem a política de assistência

estudantil como um direito social, ou seja, um dever do Estado, e por isso, a necessidade de haver maior acompanhamento dessa política por parte dos profissionais que a executam, como também, mais transparência sobre os recursos utilizados.

Já para Menezes (2012), a assistência estudantil é um importante instrumento para garantir o direito ao ensino superior público gratuito e de qualidade, que muitas vezes a política de acesso não proporciona principalmente aos estudantes em condições de desigualdade social. Ou seja,

[...] a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes de baixa condição socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais. (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Já Cordeiro (2010), buscou compreender sobre as dificuldades encontradas pelos alunos cotistas, o que os leva a desistir do curso superior e o que a universidade fez ou deixou de fazer para ajudá-los a superar, e afirma que não basta ofertar bolsas e outras formas financeiras de ajuda se o ambiente de aprendizagem oferecer exclusão que pode estar presente no cotidiano através de discursos, gestos e expressões de professores, colegas de turma e demais membros da comunidade acadêmica. Pode se apresentar tanto de forma simbólica na avaliação da aprendizagem, quanto nos discursos discriminatórios acerca do negro e do indígena. Sugere que devam existir ações para favorecer a permanência desses alunos, tais como: palestras, seminários e discussões para acadêmicos e professores não negros que viabilizam a integração com os alunos cotistas de forma que entendam suas necessidades (CORDEIRO, 2010).

Têm crescido os esforços das IES por políticas institucionais para garantir a permanência dos alunos no espaço acadêmico com ensino de qualidade e boa infraestrutura ofertada, sendo que esses fatores têm importante relação com a permanência e diminuição da evasão, pois quando o curso ofertado possui uma boa infraestrutura e programas de apoio e auxílio estudantil, o aluno tende a ver que o curso superior é um bom investimento para o seu futuro (COSTA; DIAS, 2015).

Ou seja, as políticas de assistência estudantil fazem parte, cada vez mais, do processo educacional, uma vez que as discussões, tanto teóricas quanto práticas, buscam entender essa assistência como essencial para garantir condições de permanência e aprendizagem satisfatória, devido principalmente, aos programas de auxílios que constituem em transferência de renda aos seus usuários (ARAUJO, 2018).

4 AVALIAÇÃO DO ENSINO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo aborda sobre a Avaliação do Ensino e de Políticas Públicas voltadas ao Ensino Superior, buscando contextualizar políticas públicas e avaliações institucionais no cenário brasileiro.

4.1 Avaliação do ensino

A avaliação e regulação do ensino superior brasileiro vem sendo discutido desde 1985 com a criação da Comissão Nacional de Reformulação do Ensino Superior, pelo governo federal, com objetivo de melhoria da qualidade de ensino (MACEDO; TREVISAN; TREVISAN; MACEDO, 2005).

Segundo Macedo; Trevisan; Trevisan; Macedo (2005) em 1993 foi criado o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, pelo MEC, objetivando avaliar a qualidade do ensino através da auto avaliação das instituições em sua etapa inicial e depois complementando com a avaliação externa.

Em relação às avaliações externas, historicamente, o Brasil experimentou diferentes processos de avaliação, alguns deles foram: o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, com objetivo de fornecer dados para criação de políticas públicas educacionais; o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, exame aplicado aos concluintes do ensino médio, podendo ser considerado um instrumento de auto avaliação, em vigor até hoje; o Exame Nacional de Cursos – ENC, também conhecido como “Provão” extinto em 2003, cujo o objetivo era avaliar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes na conclusão da graduação (MACEDO; TREVISAN; TREVISAN; MACEDO, 2005).

Em 1990, além do provão, a avaliação externa também era pautada no Censo Educacional e na Análise das Condições de Ensino. Avaliação destinada com intuito de verificar a organização pedagógica dos cursos, seus recursos humanos e materiais, porém demonstrou-se ser um tipo de avaliação cara e com resultados pouco confiáveis (MACEDO; TREVISAN; TREVISAN; MACEDO, 2005).

Catani; Oliveira; Dourado (2001) afirmam que a partir da segunda metade dos anos 1990, a avaliação de ensino superior vem se desenvolvendo e garantindo ao Estado mecanismos de controle e a implementação de parâmetros para uma reestruturação do Ensino.

A função social que a Universidade exerce na sociedade é a de prestadora de serviço e formação para o mercado de trabalho, esta compreensão resulta na eficácia institucional que

pode ser avaliada através de modelos pautados em instrumentos de regulação e controle, buscando atingir uma padronização e mensuração do ensino. “Ou seja, modelos de avaliação estandardizada que enfatizam os resultados e os produtos favorecendo a perspectiva do Estado avaliador e controlador.” (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 8).

A avaliação do Ensino Superior também pode se apresentar como um norteador para o desenvolvimento institucional, neste sentido a avaliação tende a ser formativa, buscando a melhoria dos processos de gestão e acadêmicos (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001).

Com este intuito foi criada a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com objetivo de melhorar a qualidade da educação superior, sua expansão, aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica deve, por meios dos seus processos avaliativos permanentes, assegurar a avaliação institucional, com objetivo de identificar o significado de sua atuação, considerando diferentes dimensões:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. (BRASIL, 2004, p. 3).

Nesse sentido, os itens três (III), oito (VIII) e nove (IX) da citada lei, abarcam diretamente o sentido e o significado imbricados nesta pesquisa avaliativa e aplicada, tendo o referido estudo a possibilidade de conhecer e encontrar respostas para a forma como a IES vem desenvolvendo as políticas institucionais de atendimento aos estudantes por meio da assistência estudantil.

O SINAES avalia as instituições, os cursos de graduação e o estudante. As Instituições são analisadas em uma escala de cinco níveis para um conjunto de dimensões a serem avaliadas. Os cursos de graduação são avaliados através de vários instrumentos, dentre eles, as visitas de

comissões especialistas e também sobre uma escala de cinco níveis. Já o estudante é avaliado através do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, buscando verificar quanto aos conteúdos previstos nas diretrizes do curso, aplicado periodicamente seguindo um calendário trienal, sendo um componente obrigatório para concluir a graduação (BRASIL, 2004).

Dentro do aspecto da avaliação, Belloni (1999), considera a avaliação institucional um importante instrumento para a melhoria da qualidade da educação e sua democratização. A autora define avaliação como análise do desempenho da instituição considerando seus objetivos ou missão, dentro do contexto social, econômico, político e cultural em que está inserida, ou seja, avalia seus processos e seus resultados, identificando as dificuldades e buscando melhorias.

Por meio das avaliações sucessivas é possível identificar, mesmo que de forma ainda tímida ou velada no repertório dos alunos, em todos os componentes avaliativos, e em especial, na auto avaliação institucional, suas fragilidades no processo de aprendizagem, bem como suas demandas sociais e psicológicas, que muitas vezes ocupam lugar de silêncio junto às coordenações dos cursos e da gestão como um todo na IES (RODRIGUES, 2007).

Neste sentido, entende-se que avaliação institucional é “[...] o processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição” (BELLONI, 1999, p. 40). Ainda segundo a autora, a avaliação institucional tem dois objetivos, que seria o autoconhecimento e a tomada de decisão, buscando melhorar os resultados.

Em sua pesquisa sobre avaliação institucional, Sobrinho (2012) fala sobre modelos de avaliação eficientistas, instrumentalista e classificatório, ou seja, com indicadores quantitativos das instituições, fazendo um balanço dos fatores visíveis, como: “[...] área construída, titulação de professores, descrição do corpo docente, discente e de servidores, relação dos serviços, dos produtos, das formaturas, volumes de insumos, expressões numéricas supostamente representando qualidades [...]” (p. 17), ou seja, ele afirma que instituições que só analisam essas qualidades e números estão se comparando com outras instituições e não analisando suas diversidades, suas condições específicas.

Sobrinho (2012) elucida que, a descrição objetiva da instituição é uma etapa muito importante da avaliação. A quantificação dos resultados é importante para o alcance dos objetivos, porém não pode suprimir a necessidade dos outros enfoques, ou seja, não basta conhecer a estrutura, é necessário conhecer seus sistemas de referências.

A avaliação é um balanço institucional na qual consiste em uma análise complexa que, segundo Sobrinho (2012, p. 18) engloba: “[...] os valores pedagógicos e educativos, o sentido

proativo, o envolvimento democrático da comunidade na forma de agentes sociais com funções públicas, a globalidade do objeto como princípio heurístico e a busca em conjunto, através de negociações, das transformações qualitativas desejadas”.

Neste sentido deve buscar contribuir para o desenvolvimento pedagógico e buscar avaliar as particularidades da instituição e não deve compará-la com realidades diferentes, pois, “cada instituição é única e só pode ser comparada consigo mesma, num interstício de tempo” e não se deve utilizá-la como um “organizador social” (SOBRINHO, 2012, p.21). Daí porque, neste caso específico, a técnica do estudo de caso é bastante apropriada, porque poderá trazer minúcias e nuances locais e regionais, que não podem ser generalizadas para outras realidades, embora se possa ter como parâmetro de análise, quando uma variável ou indicador tornar-se gritante.

Segundo Vianna (2014) nas avaliações educacionais deve-se discutir sobre os vários níveis de educação e, identificar os valores culturais em relação à valorização da educação, bem como, o papel dela no desenvolvimento pessoal e formação profissional, e também as oportunidades oferecidas pela sociedade com acesso de todos.

Apesar de muitas vezes haver pessoal qualificado, condições materiais e pedagógicas, metodologias e estratégias adequadas, a educação nem sempre pode ser considerada de qualidade, pois existem outros fatores que influenciam no rendimento do aluno (VIANNA, 2014).

O autor argumenta que as pesquisas de qualidade devem obter informações sobre o ensino, a vivência escolar e as características familiares que determinam seu comportamento, ou seja, “[...] identificar criticamente os fatores não diretamente ligados à escola que afetam a educação e analisar a ação da escola em termos de entrada, processo e produto” (VIANNA, 2014, p.37).

Ainda segundo Vianna (2014), os estudantes passam somente uma parte do dia nas instituições de ensino e que por isso devem-se avaliar outros aspectos que podem influenciar na qualidade educacional, como por exemplo, a situação socioeconômica do aluno, o nível de educação dos pais e seu interesse pela vida escolar do filho, suas atividades sociais e de lazer.

Eis porque é imperativo que as avaliações sistemáticas envolvam todos os segmentos da comunidade universitária e seus resultados possam jogar luz nas sombras das fragilidades observadas. A demora na atualização e correção de equívocos é prejudicial ao bom andamento, à qualidade dos cursos e ao crescimento da IES. A ausência do uso deste dispositivo contínuo e educativo, que é a avaliação, pode inibir ou até impedir a construção dos saberes institucionais

tão importantes à edificação da cultura avaliativa na instituição, e tão cara aos nossos dias (RODRIGUES, 2007).

Segundo Pessoa (2012), o investimento em educação é uma conquista de capital humano que beneficia a sociedade em geral. Esse parece ser o objetivo dos programas das Universidades, buscar ajudar o aluno a superar as dificuldades desta fase acadêmica, propiciando a conclusão do curso superior independente de sua condição social.

Neste sentido Ferraz (2014) afirma que é necessária uma gestão de investimentos em auxílios estudantis no combate à evasão escolar no ensino superior, e explica que a eficácia do recebimento do auxílio, implica na decisão do estudante de se manter no curso, sendo que o investimento em auxílios tem um papel muito importante no combate à evasão discente.

4.2 Avaliação de políticas públicas de apoio a estudantes

Ao final do século XX com as mudanças políticas, sociais e econômicas, junto com a nova administração pública que surgiu, sobretudo no final da década de 1970, o Estado passou a ser questionado sobre a necessidade de ações que interferisse na realidade social, os autores explicam que desde então, existem dois lados para a execução de uma política pública, de um lado a possibilidade de sua realização e de outro a capacidade do governo de aplicar essas ações (LIMA; FERREIRA, 2016).

Vieira (2007) afirma que, “[...] quando nos referimos à política educacional, estamos tratando de ideias e de ações”. E, sobretudo, de ações governamentais, reconhecendo que “a análise de política pública é, por definição, estudar o governo em ação” (p. 56, *apud* SOUZA, 2003).

As avaliações se fazem necessárias para constatar se os objetivos de determinada política pública foram alcançados, Filho (2019) explica que é necessárias avaliações das mesmas, que sirvam para proporcionar a continuidade do ciclo político, ou seja, iniciando um novo programa ou modificando o anterior. O autor cita: “[...] a avaliação, que pode ser feita durante ou após a execução de um programa, faz parte do ciclo da política pública e é inexorável para analisar e verificar suas repercussões, além de contribuir para o desenvolvimento contínuo das ações do governo”. (p. 20).

Dentro das avaliações de políticas públicas voltadas à Assistência estudantil, Araújo (2018) afirma que a efetividade de uma política pública consiste em seu contínuo planejamento e replanejamento diante das necessidades dos usuários que podem se modificar com o tempo,

a partir de uma gestão institucional participativa, onde é necessário um constante processo de pesquisa para obter informações sobre as necessidades e a realidade social dos envolvidos.

Ou seja, além do planejamento e execução de uma política pública, a mesma deve ser constantemente avaliada, para garantir a sustentação da mesma ao longo dos anos. Ou seja, avaliação das políticas públicas são necessárias para analisar se a política aplicada está em conformidade com o objetivo da mesma, e o Estado deve ter o papel de agente regulador nas políticas públicas executadas (LIMA; FERREIRA, 2016).

Andriola; Filho (2020), afirmam que o intuito de uma avaliação é determinar o seu alcance aos objetivos propostos, sua eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade. A avaliação deve obter informações necessárias que permitam a melhoria na tomada de decisão em relação a determinada política pública.

Segundo Frey (2000, citado por Andriola; Filho, 2020, p. 601), existe um ciclo para uma política pública, que se apresenta em quatro etapas: “(i) a percepção e definição de problemas, (ii) a elaboração de programas e decisão, (iii) a implementação, e, por fim, (iv) a avaliação para a correção e melhoria da ação”.

Neste sentido, percebe-se que avaliação de uma política pública busca aperfeiçoá-la, fornecendo informações para alterações, prestação de contas e responsabilização dos agentes envolvidos, ou seja, “[...] a avaliação, que pode ser feita durante ou após a execução de um programa, faz parte do ciclo da política pública e é inexorável para analisar e verificar suas repercussões, além de contribuir para o desenvolvimento contínuo das ações do governo.” (ANDRIOLA, FILHO, 2020, p. 601).

Boschetti (2009) ressalta que a avaliação de políticas públicas deve ser voltada para apontar em que medida uma política ou programa social é capaz ou está conseguindo garantir direitos aos destinatários, reduzindo a desigualdade social, propiciando a equidade. Neste sentido, a avaliação de políticas sociais deve-se compreender o significado do papel do Estado na construção dos direitos e democracia, ou seja, devem ultrapassar os métodos racionais e operativos, preocupados somente com a relação custo-benefício.

Neste sentido, a autora aponta alguns indicadores para análise e delineamento de um quadro institucional voltado à política ou programa social pautados em três aspectos: os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; o financiamento e a gestão e controle democrático. Cada aspecto pode ser dividido em indicadores de acordo com os objetivos da avaliação, conforme o quadro relacionado abaixo:

Quadro 3 - Aspectos e Indicadores de uma avaliação (BOSCHETTI, 2009):

	Aspecto 1: Configuração e abrangência dos direitos e benefícios	Aspecto 2: Configuração do financiamento e gasto	Aspecto 3: Gestão e controle social democrático
Indicador 1:	Natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados: Conhecer a determinada situação social e contribuir para reduzir a desigualdade.	Fontes do financiamento: identificar a origem dos recursos	Relação entre as esferas governamentais: identificar autonomia entre as instâncias Federal, Estadual e Municipal.
Indicador 2:	Abrangência: Alcance de determinada política ou programa.	Direção dos gastos: define a aplicação dos recursos aplicados	Relação entre estado e organizações não-governamentais
Indicador 3:	CrITÉrios de acesso e permanência: determina a capacidade de inclusão ou exclusão em determinado grupo social.	Magnitude dos gastos: refere-se ao volume investido.	Participação e controle social democrático: Mecanismos que a sociedade dispõe para acompanhar.
Indicador 4:	Formas e mecanismo de articulação com outras políticas sociais: determina a qual política social se destina.	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de Boschetti (2009).

De algum modo, a ausência da avaliação permanente no desenvolvimento de políticas públicas no interior das universidades no Brasil, ou a falta do devido cuidado na utilização dos seus resultados em tempo real, quando estas são realizadas, empobrece o fazer pedagógico, desnute as ações futuras e mina as potencialidades de crescimento. Cujo abismo entre o cumprimento dos seus objetivos em tempo hábil (eficácia) e a utilização adequada e com qualidade dos recursos públicos, só tende a crescer.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia de uma pesquisa busca apresentar os procedimentos e técnicas que serão utilizadas para o levantamento, tratamento, análise e interpretação dos dados da pesquisa. Segundo Gil (2008), para se realizar uma pesquisa é necessário seguir uma metodologia para alcançar o objetivo e responder aos problemas propostos. Portanto, neste capítulo serão demonstrados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

5.1 Natureza e tipologia da pesquisa

A pesquisa de natureza aplicada é um estudo de caso que se caracteriza como exploratório-descritivo. É exploratória, pois buscou levantar informações sobre o objeto pesquisado, mapeando suas condições de manifestação (SEVERINO, 2007). Segundo Gil (2008) a descritiva apresenta as características do objeto pesquisado a fim de estabelecer relações entre as variáveis, podendo ser aplicado um questionário para estudar as características de um grupo para obtenção dos dados necessários para a pesquisa.

Como procedimento metodológico é um estudo de caso, que é muito utilizado em pesquisas sociais, buscam explorar situações da vida real, descrevê-las e investigá-las dentro de um determinado contexto e explicar as variáveis causais de tal situação, podendo ser utilizadas em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Segundo Gil (2008) trata-se de um estudo profundo que busca investigar um ou poucos objetos em busca de conhecer detalhadamente o objeto estudado.

5.2 *Lócus* da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Universidade do Estado de Mato Grosso, no Campus Universitário de Alta Floresta – MT. A escolha deste Campus como *lócus* da pesquisa ocorreu a partir da experiência profissional da pesquisadora como servidora pública atuando nesta instituição.

A UNEMAT surgiu no ano de 1978, como Instituto de Ensino Superior de Cáceres com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa e a partir da Lei Complementar 30, instituiu-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que hoje, conta com 13 Câmpus e cerca de 20 mil acadêmicos.

O Campus da UNEMAT em Alta Floresta existe desde 1992 e possui atualmente quatro cursos de graduação, sendo Bacharelado em Agronomia, Engenharia Florestal e Direito e Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas.

5.3 População e amostra

O universo da pesquisa foi toda a população estudada, ou seja, o determinado conjunto que possui certas características, já a amostra é uma pequena parte deste universo (GIL, 2008). Neste sentido, a população estudada na pesquisa abrangeu os aproximadamente 1.130 alunos matriculados nos cursos de graduação do Campus de Alta Floresta, entre os anos de 2017 a 2019, conforme o relatório de matriculados disponível no sistema acadêmico da UNEMAT em dezembro de 2019. A amostra utilizada foi do tipo não probabilística por conveniência, pois foi representada pela taxa de retorno dos questionários enviados, sendo 23%, representados por 260 questionários respondidos.

A validação dos dados pode ser apresentada através da determinação do tamanho amostral, para isso utilizou-se a equação abaixo:

$$n = \frac{z^2 \times p \times q \times N}{(N - 1) \times e^2 + z^2 \times p \times q}$$

Em que:

n = tamanho da amostra;

N = tamanho da população;

z = valor crítico correspondente ao grau de confiança desejado. No caso deste estudo foi utilizado z=1,96, correspondente a 95% de confiança;

p = proporção populacional desconhecida, dessa forma será substituída pela proporção amostral;

q = complementar de p, isso é, q=1-p

e = erro amostral, fixado neste estudo em 5,5%.

Cálculo:

$$n = \frac{z^2 \times p \times q \times N}{(N - 1) \times e^2 + z^2 \times p \times q} = \frac{1,96^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 1130}{(1130 - 1) \times 0,055^2 + 1,96^2 \times 0,5 \times 0,5} \cong 249$$

Em que o tamanho populacional é de 1.130 (N), o nível de confiança é de 95%, resultando no valor crítico de 1,96 (z), a proporção amostral é de 0,5 (p), resultando no complementar de 0,5 (q), com erro de estimação de 5,5% (e).

Desta forma, foi definido o tamanho da amostra necessária para a pesquisa. Portanto $n = 249$.

5.4 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta dos dados primários foi aplicado um questionário com 17 perguntas fechadas e abertas, disponível no (Apêndice A). Segundo Severino (2007, p. 125) o questionário é o “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. O questionário foi dividido em duas partes, onde na primeira buscou-se identificar o perfil social e acadêmico do estudante e na segunda parte identificar os aspectos sobre as ações de permanência da Instituição para os estudantes. O questionário elaborado tomou por base o instrumento utilizado na pesquisa de Araújo (2018), e adequado à realidade da UNEMAT.

Já para a coleta dos dados secundários foi feita uma pesquisa documental utilizando dados referentes a quantidade de alunos matriculados nos cursos, as formas de ingresso e as ações afirmativas para o ingresso, fornecidas pela Supervisão de Apoio Acadêmico e, quantidade de acadêmicos que recebem auxílio, bem como quais os auxílios disponíveis para os alunos do *Campus*, fornecida pelas Direções do *Campus* Universitário de Alta Floresta. A pesquisa documental diz respeito à “[...] matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2007, p. 123).

Como consistiu em adaptação de instrumento de coleta de dados, foi realizado o pré-teste do questionário elaborado, sendo enviado para cinco servidores técnicos que lidam no Campus para que fosse observado a clareza e a consistência dos quesitos. Após as alterações e aprovação dos servidores consultados foi enviado à população pesquisada.

5.5 Técnica de coleta e tratamento dos dados

O tratamento de dados tem por objetivo tornar os dados coletados válidos (GIL, 2008). Sendo assim, a coleta de dados foi realizada através de questionários *online* enviados aos alunos por e-mail, e utilizados procedimentos estatísticos para estabelecer os quadros, tabelas e

gráficos. As informações obtidas foram confrontadas com as informações já existentes e coletadas anteriormente.

O projeto de pesquisa em andamento foi submetido à comissão de ética, por meio de sua inserção na Plataforma Brasil no período de março/2019 e foi aprovado pelo comitê em 14 de abril de 2020, através do parecer: 3.969.592.

5.6 Etapas da Pesquisa

Segundo Gerhardt; Silveira (2009) existem sete etapas de uma pesquisa, dentro de três eixos que se correlacionam, eles são definidos como: ruptura, construção e constatação. Esses eixos são os norteadores de uma pesquisa, a ruptura, por exemplo, consiste em romper ideias pré-existentes, buscar novos conhecimentos, sendo o primeiro eixo de uma pesquisa. O segundo eixo diz respeito à construção da pesquisa, é nesse eixo que são construídos os objetivos da pesquisa, quais ações deverão ser colocadas em prática para executá-las e quais são os resultados esperados. E, por último, o terceiro eixo de uma pesquisa é a constatação, para uma pesquisa ser considerada científica ela deve ser passível de verificação.

Esses três eixos baseiam as sete etapas de pesquisa, segundo Gerhardt; Silveira (2009): a primeira etapa trata-se da formulação do projeto através da “questão inicial” da pesquisa. A segunda etapa versa sobre a “exploração do tema”, ou seja, são as leituras e a coleta de informações sobre o tema. Essas duas etapas fazem parte do primeiro eixo, da ruptura.

Na terceira etapa, define-se a “problemática”, visa interrogar os objetos estudados em busca de tratar o problema abordado na questão inicial, já a quarta etapa, diz respeito à “construção” do modelo de análise, ou seja, a elaboração das hipóteses que deverão ser respondidas na pesquisa. Essas duas etapas fazem parte do segundo eixo da pesquisa, da construção da pesquisa.

Na quinta etapa, faz-se a coleta dos dados da pesquisa, para que na sexta etapa seja feita a análise destes dados. E na sétima etapa da pesquisa é elaborado as conclusões do trabalho. Estas três últimas etapas fazem parte do terceiro eixo, da constatação. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Seguindo as sete etapas da pesquisa das autoras Gerhardt; Silveira (2009), foi elaborado uma tabela com as etapas desta pesquisa, abaixo relacionada:

Tabela 1 – Etapas da pesquisa.

Eixo	Etapas da pesquisa	Descrição
Ruptura	Etapa 1 - A questão inicial:	A eficácia das ações de permanência do Campus de Alta Floresta.
	Etapa 2 - A exploração:	Leituras acerca de políticas públicas voltadas ao Ensino Superior, avaliação institucional e assistência estudantil, bem como legislação vigente.
Construção	Etapa 3 - A problemática:	Qual a eficácia das políticas Institucionais de assistência estudantil na permanência dos alunos dos cursos de graduação no referido Campus?
	Etapa 4 - A construção de um modelo de análise:	Estudo de caso de natureza aplicada, do tipo exploratório-descritiva, de abordagem quantitativa, com recorte temporal entre 2017 e 2019.
Constatação	Etapa 5 - A coleta de dados:	Questionário online aplicado para todos os 1.130 alunos matriculados no Campus de 2017 a 2019.
	Etapa 6 - A análise das informações:	O questionário aplicado retornou 260 respostas dos alunos, analisadas conforme o perfil dos discentes e percepções sobre as ações de permanência e assistência estudantil.
	Etapa 7 - As conclusões:	A pesquisa atingiu seus objetivos através da participação de 23% da população pesquisada.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa de Gerhardt; Silveira (2009).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentam-se os resultados dos dados coletados, observando-se os objetivos específicos que se pautam nas seguintes temáticas: descrever as ações do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta que visem à permanência dos alunos; analisar se as ações promovidas influenciam na permanência dos discentes, fazendo comparação entre os alunos beneficiados e os não beneficiados; conhecendo as percepções dos estudantes sobre as políticas Institucionais voltadas para a permanência estudantil, propondo ações para aumentar a eficácia e garantir a permanência dos estudantes.

6.1 A UNEMAT – *Lócus da pesquisa*

A UNEMAT surgiu no ano de 1978, como Instituto de Ensino Superior de Cáceres com a meta de promover o ensino superior e a pesquisa. Em 1985, através da lei estadual 4.960, passou a ser Fundação Centro Universitário de Cáceres (FUCUC), entidade fundacional e autônoma, com intuito de promover a pesquisa e o estudo, a divulgação científica, técnica e cultural. Em 1989 passou a se denominar Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC), e em 1992, Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMAT), com estrutura organizacional implantada a partir de maio de 1993. E só a partir daí, pela Lei Complementar 30, institui-se a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), mantida pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (FUNEMAT), com uma estrutura multi-campi, criada para vencer barreiras geográficas e se estender pelo Estado, com sede administrativa em Cáceres e Câmpus em diferentes pontos do Estado (UNEMAT, 2019).

Hoje, a UNEMAT está com 13 Câmpus, 17 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de Ensino a Distância e cerca de 20 mil acadêmicos, que são atendidos em 60 cursos regulares de oferta contínua, 129 cursos de modalidades diferenciadas e diversos programas de pós-graduação (UNEMAT, 2019).

As políticas de Assistência Estudantil na UNEMAT são planejadas e supervisionadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), dentre seus objetivos estão: democratizar as condições de permanência e a conclusão de curso dos estudantes, diminuir a desigualdade, reduzir as taxas de retenção e evasão, contribuir com a inclusão social, garantir recursos destinados à assistência estudantil e contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema Universitário diminuindo a evasão, buscando assegurar aos estudantes meios necessários para o seu pleno desempenho acadêmico (PRAE, 2019).

Para garantir uma permanência digna na Universidade, a PRAE dispõe de auxílios alimentação, moradia e financiamento para a participação em eventos. As Bolsas de Apoio ao Estudante são destinadas a prestar assistência estudantil a discentes de baixa renda devidamente matriculados nos cursos de modalidades regulares e diferenciadas de graduação da UNEMAT, caracterizando-se como Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação. O Auxílio Moradia tem por objetivo auxiliar nos custos dos discentes que residam fora do domicílio de seus pais, tutores ou equivalentes. O Auxílio Alimentação tem por objetivo auxiliar nas necessidades alimentares dos discentes, ambos se dão mediante comprovação da vulnerabilidade socioeconômica. As bolsas e auxílios são divididos proporcionalmente entre os 13 campus da UNEMAT (PRAE, 2019).

Em conjunto com outras Pró-Reitorias, a UNEMAT oferece também bolsas de extensão universitária, de cultura, de iniciação científica e ao ensino, como: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID, financiado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no qual consiste em bolsas para estudantes de cursos de licenciatura, para que exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de ensino básico.

O Programa de Formação de Células Cooperativas – FOCCO, que tem como finalidade o aumento da taxa de permanência e aprovação nos cursos de graduação, o estímulo à formação de capital social a partir do capital intelectual discente, bem como a formação de profissionais proativos e habilitados para o trabalho em equipe. (PROEG, 2019)

Também conta com o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e PROBIC, que consistem em um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores. Sendo o PIBIC voltado para o aluno de graduação e o PROBIC voltado à pós-graduação nas áreas do conhecimento cadastradas no CNPq (PRPPG, 2019)

A UNEMAT disponibiliza ainda a bolsa tutoria, que possibilita ao aluno alcançar êxito na sua formação profissional. Podem se beneficiar deste Programa todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos regulares ofertados pela UNEMAT do segundo ao penúltimo semestre.

Oferta também a Bolsa Monitoria, subdividida em: bolsa por disciplina e bolsa de laboratório, como forma de cooperação entre acadêmicos e professores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (PROEG, 2019).

As Bolsas de Extensão Universitária destinam-se ao incentivo da formação acadêmica, visando a articulação do ensino, pesquisa e extensão. Já a Bolsa Cultura é o meio pelo qual a

UNEMAT propicia o financiamento efetivo das atividades ligadas às diversas formas de manifestação artística e cultural (PROEC, 2019).

Também conta com bolsas para Estagiário remunerado, onde se faz necessário prestar processo seletivo de acordo com o curso. Também oferece o estágio obrigatório não remunerado, através do contato feito diretamente com o orientador, sendo uma atividade opcional que será acrescida à carga horária obrigatória (PRAD, 2019).

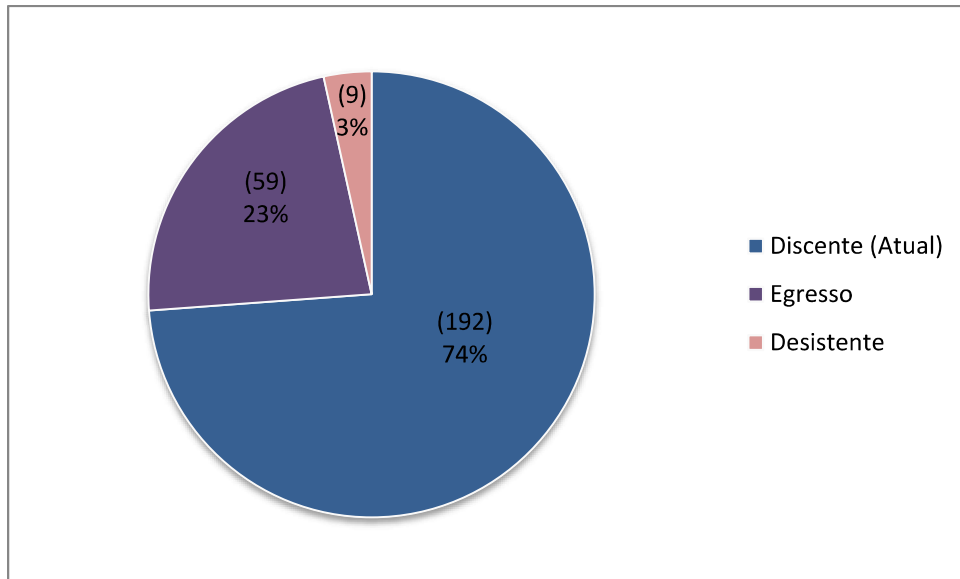
A partir do ano de 2019, os acadêmicos podem institucionalizar projetos de extensão e de ensino, visando uma maior inserção acadêmica que irão reverter em ações extensionistas para a comunidade (PRAE, 2019).

6.2 Perfil básico dos discentes pesquisados

Apresentam-se a seguir a caracterização e análise estatística do perfil básico e acadêmico dos participantes da pesquisa, que representaram 260 (duzentos e sessenta) respondentes, são estudantes dos 4 (quatro) cursos de graduação da UNEMAT – Campus de Alta Floresta, matriculados entre os anos 2017 a 2019.

No que concerne à situação acadêmica atual dos discentes, foi elencado no questionário 03 (três) tipos: discente atual, egresso, desistente, mais comumente registrados na UNEMAT. No Gráfico 1 estão representados os resultados apontando que 74% dos respondentes permanecem com matrícula ativa na Instituição, seguido de 23% egressos e 3% dos respondentes são desistentes.

Gráfico 1 – Situação acadêmica



Fonte: dados da pesquisa (2020).

É importante ressaltar que, dentre os desistentes, a maioria apontou dificuldades em conciliar trabalho e graduação como motivo da desistência do seu curso, seguido de problemas de saúde, problemas pessoais, pelo fato do curso ser integral e por dificuldades de aprendizagem, conforme a tabela 2:

Tabela 2 – Motivos da desistência do curso.

Motivos da desistência do curso:	Quantidade
Dificuldades em conciliar trabalho e a graduação	3
Problemas de saúde pessoais ou de familiares	3
Problemas pessoais	1
Curso integral	1
Dificuldades de aprendizagem	1
Total de respondentes	9

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os motivos apresentados vão ao encontro da pesquisa de Gisi; Pegorini (2016), que afirma que a evasão no ensino superior ocorre por dificuldades econômicas do discente, dificuldades em conciliar trabalho e estudo, dificuldades de pagamento de alimentação, transporte, materiais didáticos, entre outros.

Na mesma linha de caracterização buscou-se também conhecer o perfil do estudante em relação ao sexo e idade dos pesquisados. Neste sentido, constatou-se que dos 260 respondentes, 143 são mulheres, onde, entre as que informaram a idade, 60 estão na faixa etária de 18 e 24

anos; 31 entre 25 e 30 anos; 11 entre 31 e 35 anos e, 8 têm mais de 35 anos. E dos 117 homens respondentes, dentre os que informaram a sua idade, 46 estão entre 18 e 24 anos; 19 entre 25 e 30 anos; 9 entre 31 e 35 anos e 10 têm mais de 35 anos, como demonstrado na tabela 3:

Tabela 3 - Distribuição dos discentes pesquisados por sexo e idade:

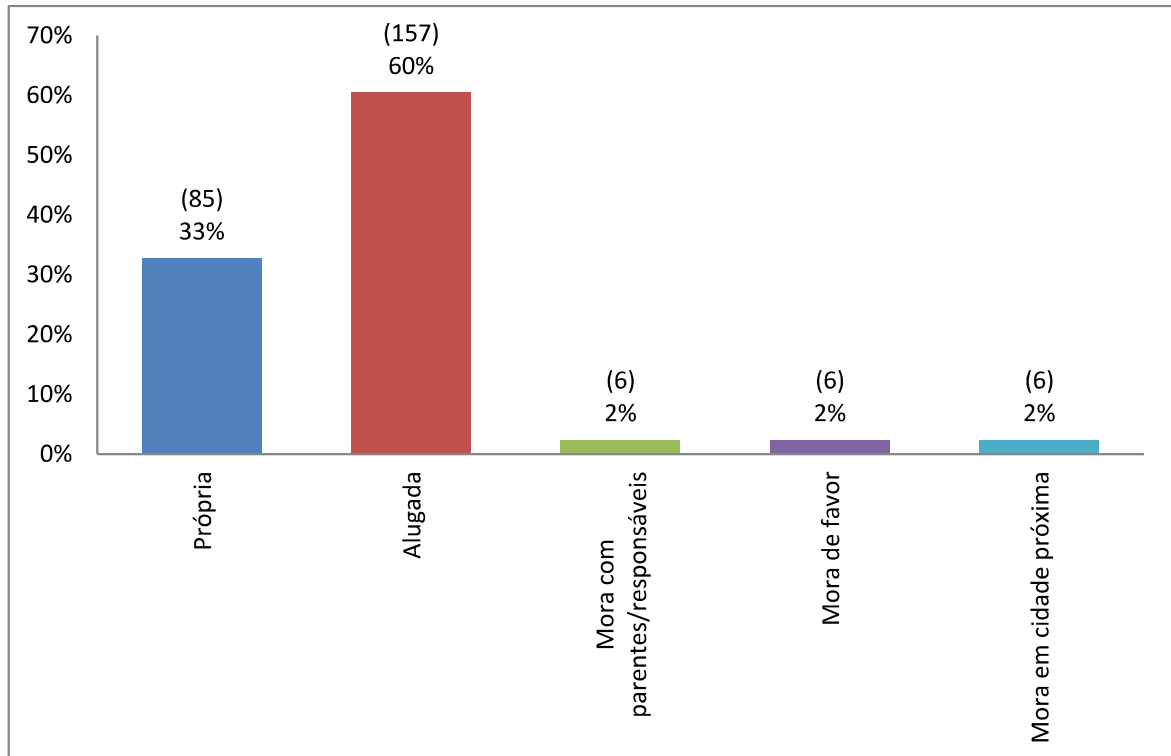
Sexo: / Idade:	Entre 18 e 24 anos	Entre 25 e 30 anos	Entre 31 e 35 anos	Mais de 35 anos	Não informaram	Total
Feminino	60	31	11	8	33	143
Masculino	46	19	9	10	33	117
Total de respondentes:						260

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os dados coletados estão de acordo com a meta 12 do PNE (2014-2024) voltada para o ensino superior, que busca elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, sendo a faixa etária majoritária entre os respondentes.

Ainda acerca do perfil do pesquisado, perguntou-se se reside fora do município antes da graduação. A resposta foi paritária neste quesito, onde 129 moravam em outro município e 131 já residiam em Alta Floresta, representado pelos 260 respondentes. Também foi questionado a respeito da forma de moradia atual, elencando as opções: moradia própria e alugada, e acrescentou-se a opção “outros”. No Gráfico 2 estão representados os resultados que apontam que 60% moram em residência alugada, enquanto 33% moram em casa própria, seguido por 2% que alegam morar “de favor”, 2% que informaram morar em cidades vizinhas e 2% afirmaram que moram com parentes.

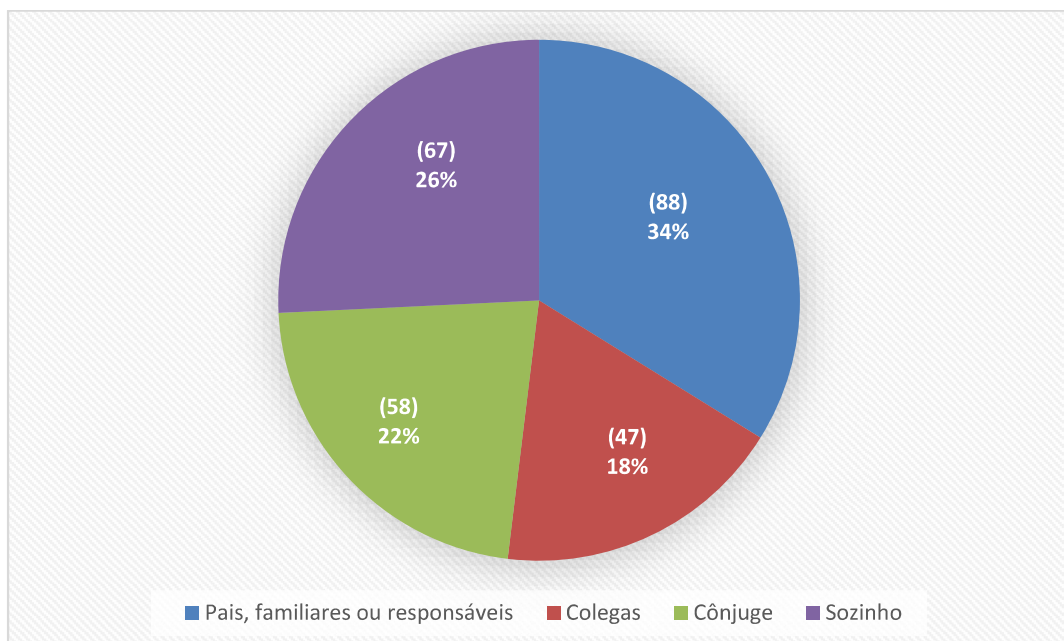
Gráfico 2 – Forma de moradia



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Também buscou-se saber com quem os pesquisados residem na cidade. No gráfico 3 demonstra que 34% moram com os pais, familiares ou responsáveis, seguido por 26% que moram sozinho, 22% que moram com o cônjuge e 18% dividem moradia com colegas:

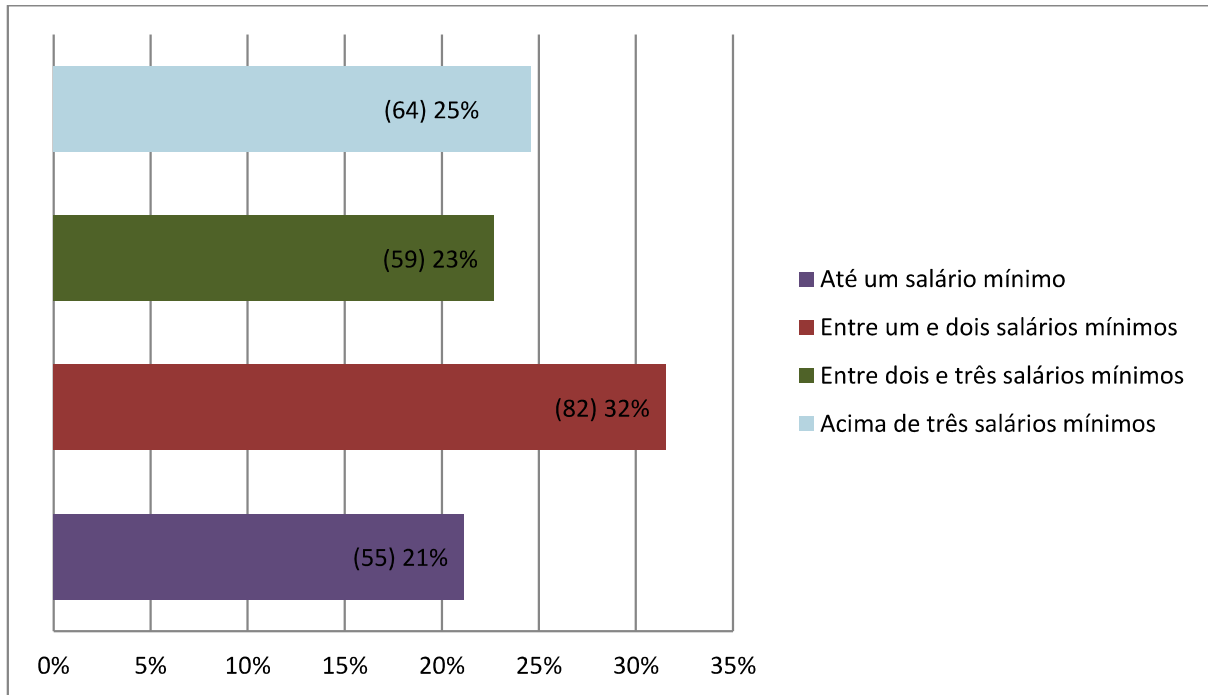
Gráfico 3 – Forma de moradia – com quem reside.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação à renda mensal dos pesquisados constatou-se que 32% possuem renda familiar entre um e dois salários-mínimos, seguido por 25% que possuem renda acima de três salários-mínimos, 23% com renda entre dois e três salários-mínimos e 21% com renda abaixo de um salário mínimo, conforme demonstrado no gráfico 4:

Gráfico 4 – Renda familiar mensal.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Segundo o IBGE (2019) o rendimento médio real habitual mensal do estado de Mato Grosso é de R\$ 2.584,00, visto que o valor do salário-mínimo no ano de 2019 foi de R\$ 998,00 estipulado pelo Decreto 9.661/2019, podendo se afirmar que a média mensal do Estado é de 2,5 salários mínimos. Portanto 23% dos pesquisados possuem renda mensal média em consonância com o definido pelo IBGE, entre dois e três salários mínimos, enquanto que 52% possuem renda abaixo da média, menor que um salário ou entre um e dois salários, e uma parcela de 25% recebem acima da média mensal do Estado de Mato Grosso.

Continuando sobre o perfil dos pesquisados, perguntou-se qual curso de graduação na UNEMAT ele cursa ou cursou. A quantidade disposta na tabela 4 demonstra que se obteve cerca de 23% de representatividade na pesquisa, onde o curso com maior representatividade em relação ao total de alunos matriculados foi Engenharia Florestal, porém a maior quantidade de respondentes (89) foi representada pelo curso de Direito.

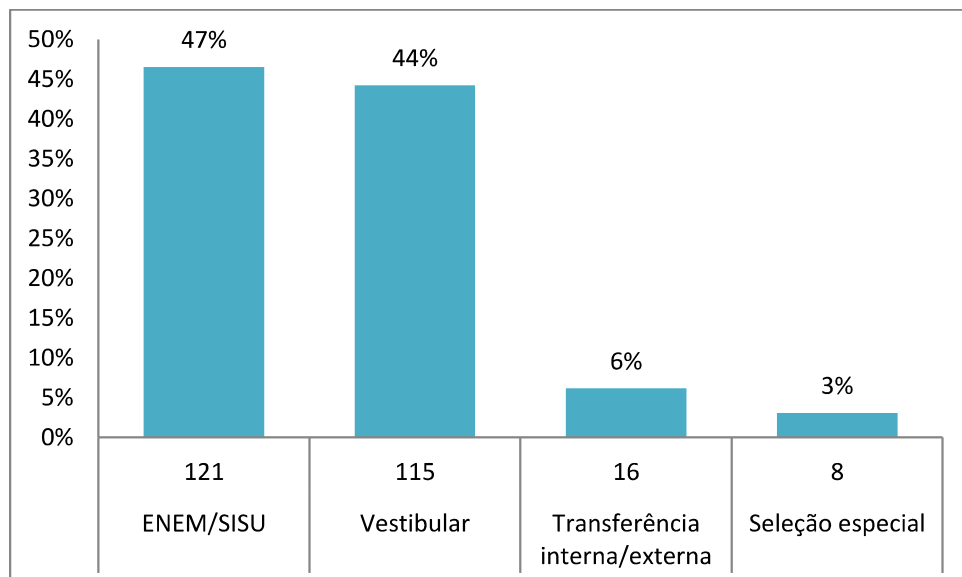
Tabela 4 – Quantitativo de discentes respondentes e matriculados no curso de graduação.

Curso de vinculação	Qtd. Participantes	Qtd. Matriculados	% participantes
Agronomia	73	313	23%
Ciências Biológicas	58	275	21%
Direito	89	379	23%
Engenharia Florestal	40	165	24%
Total de respondentes	260	1132	23%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação ao ingresso dos discentes, foi pesquisado sobre a forma de entrada e sobre as políticas de ações afirmativas (sistema de cotas). No que se refere a entrada dos discentes foi elencado no questionário 03 tipos: ENEM/SISU, Vestibular e Transferência interna/externa, mais frequentes na Universidade e acrescentou-se a opção outros. Notando-se maior representatividade entre os ingressos via ENEM/SISU e vestibular próprio da Instituição. Isso ocorre porque são as duas formas de entrada regulares na Universidade, representando um total de 91% dos alunos pesquisados, seguido por 6% que ingressaram por meio de transferência de outras Instituições e 3% que ingressaram via editais de seleção especial para vagas remanescentes. Detalhados pelo gráfico 5:

Gráfico 5 – Formas de ingresso na graduação.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação ao sistema de cotas da Universidade (Ações Afirmativas), 121 respondentes não ingressaram pelo sistema, e sim através da ampla concorrência. Dentre os que utilizaram das cotas, 92 ingressaram através das vagas destinadas a estudantes oriundos do ensino médio

público, 47 ingressaram pelas vagas destinadas para estudantes negros/pardos e não se obteve nenhum respondente representando as cotas para indígenas até o fechamento desta análise, conforme demonstrado pela tabela 5.

Tabela 5 – Relação de ingressantes através do sistema de cotas (ações afirmativas).

Curso de vinculação	Estudantes Negros/Pardos	Estudantes de Escola pública	Ampla Concorrência	Total
Agronomia	15	25	33	73
Ciências Biológicas	8	20	30	58
Direito	21	30	38	89
Engenharia Florestal	3	17	20	40
Total	47	92	121	260

Fonte: dados da pesquisa (2020).

É importante ressaltar que foi confrontado com os dados constantes nos editais de seleção e constatado que, até o ano de 2019, seguindo a resolução n 71/2017-CONEPE, as categorias nas quais os candidatos poderiam se inscrever ficavam assim distribuídas: 40% para ampla concorrência, seguido de 30% para estudantes oriundos do ensino médio exclusivo em escolas públicas, 25% para negros/pardos e 5% para indígenas, ambos através do Programa de Interação e Inclusão Étnico-Racial – PIIER. Conforme demonstrado abaixo:

Tabela 6 – Distribuição das vagas no *Campus*:

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTA FLORESTA						
CURSO	TOTAL DE VAGAS	TURNO	VAGAS OFERECIDAS			
			5% Indígenas	25% Pardos e Pretos	30% Escola Pública	40% Ampla Concorrência
Bacharelado em Agronomia	40	Integral	02	10	12	16
Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas	40	Noturno	02	10	12	16
Bacharelado em Direito	40	Noturno	02	10	12	16
Bacharelado em Engenharia Florestal	40	Integral	02	10	12	16

Fonte: EDITAL N°. 001/2019 – COVEST concurso vestibular 2019/2.

A partir do ano de 2020 foi instituída a Política de Ações Afirmativas da UNEMAT, através da resolução nº 11/2019-CONEPE, no qual ficam reservadas 60% das vagas aos estudantes que cumpriram o ensino médio em escola pública, divididos entre as cotas para estudantes negros, indígenas, com deficiência e demais alunos de escola pública. No Campus de Alta floresta ficou assim dividido: 10 vagas para estudantes negros, 02 vagas para estudantes indígenas, 01 vaga para deficientes e 11 vagas para os demais estudantes de escola pública. As

16 vagas restantes ficam destinadas à ampla concorrência, totalizando 40 vagas por curso de graduação (COVEST, 2020).

6.3 Percepções sobre as ações de permanência e Assistência Estudantil

Considerou-se importante como suporte ao melhor entendimento e para a consecução dos objetivos desta pesquisa, abordar questões referentes a dificuldades encontradas por eles durante a graduação, bem como o conhecimento dos pesquisados em relação aos programas de bolsas e auxílios existentes na Instituição e sobre a participação deles nesses programas. Assim, dividiu-se o questionário em duas partes, a primeira já elencada, tratou sobre o perfil social e acadêmico do discente, a segunda parte foram questões relacionadas às ações de permanência e Assistência estudantil no Campus.

Primeiro buscou-se conhecer sobre os problemas e as dificuldades que os discentes enfrentam para permanecer no curso de graduação, onde poderiam elencar quantos motivos achassem necessários dentro dos disponíveis no questionário, havendo ainda a opção “outros” para que colocassem os motivos não relacionados.

Entre os resultados representados pela tabela 7, as maiores dificuldades apresentadas foram financeiras, representando 20,4% do total de respostas marcadas; também dificuldade em conciliar trabalho e graduação com 18,1%; seguido de problemas psicológicos ou psiquiátricos, representando 14,5%; cerca de 13,2% apresentaram dificuldades na metodologia de ensino dos professores; 12,1% afirmaram dificuldades com transporte; 8% apresentaram dificuldades com aprendizagem; 4,7% afirmaram estar em situação de insegurança alimentar e 2,5% apresentaram como dificuldade a falta acessibilidade do Campus. Outras dificuldades também aparecem no questionário como: aulas de campo em excesso, residir fora do município, a biblioteca do Campus, a matriz curricular dos cursos, e até mesmo falta de confiança e de incentivo dos membros da Instituição. Cerca de 5,4% alegaram não ter nenhuma dificuldade em permanecer no seu curso de graduação.

Tabela 7 – Problemas/Dificuldades em permanecer no curso de graduação.

Problemas/dificuldades para permanecer no curso:	Quantidade de respostas	%
Financeiros	125	20,4%
Conciliar trabalho e graduação	111	18,1%
Psicológicos/psiquiátrico	89	14,5%
Metodologia de ensino de professores	81	13,2%
Transporte	74	12,1%

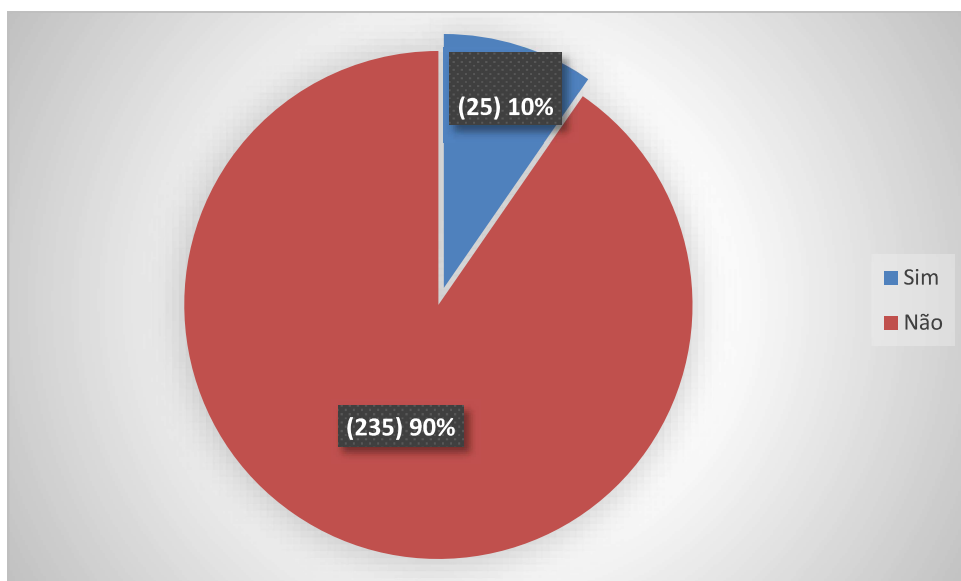
Dificuldade de Aprendizagem	49	8,0%
Não enfrentei nenhuma dificuldade	33	5,4%
Insegurança alimentar (falta de condições de alimentar-se)	29	4,7%
Acessibilidade	15	2,5%
Aulas de campo em excesso	1	0,2%
Residir em outro município	1	0,2%
Biblioteca	1	0,2%
Falta de incentivo dos membros da Instituição	1	0,2%
Matriz curricular	1	0,2%
Confiança	1	0,2%
Total	612	

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos discentes, Oliveira (2017) afirma que o estudante necessita de acompanhamento tanto para dificuldades acadêmicas, quanto psicossociais, pois este público é vulnerável pelo excesso de atividades, alteração do sono e situações como a distância familiar.

Também foi questionado se os pesquisados recebem algum auxílio ou bolsa (dinheiro) oriundos de assistência estudantil e qual auxílio recebido, onde entre os 260 respondentes 90% alegaram não receber nenhum auxílio ou bolsa, e somente 10% recebem algum tipo de dinheiro oriundo de programas de assistência estudantil.

Gráfico 6 – Relação de respondentes que recebem auxílio ou bolsa.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Dentre os 25 pesquisados que afirmaram que recebem auxílio/bolsa foi questionado qual recebem, e encontra-se representado na tabela 8:

Tabela 8 – Relação de discentes respondentes por bolsa

Auxílio/bolsa	Quantidade de respondentes
Bolsa de Iniciação à docência (PIBID)	2
Bolsa de Iniciação científica (PIBIC)	8
Bolsa de Extensão	4
Auxílio alimentação de moradia	3
Bolsa para Estagiário	2
FOCCO	3
Outros	3
Total de respondentes	25

Fonte: dados da pesquisa (2020).

É interessante ressaltar que os dados foram confrontados com o quantitativo de alunos por bolsa ou estágio entre o período 2017 a 2019, disponibilizados pelo setor de bolsas e auxílios do Campus de Alta Floresta, no qual estão representados pela tabela 9 relacionada:

Tabela 9 – Quantitativo de bolsas preenchidas no Campus de Alta Floresta

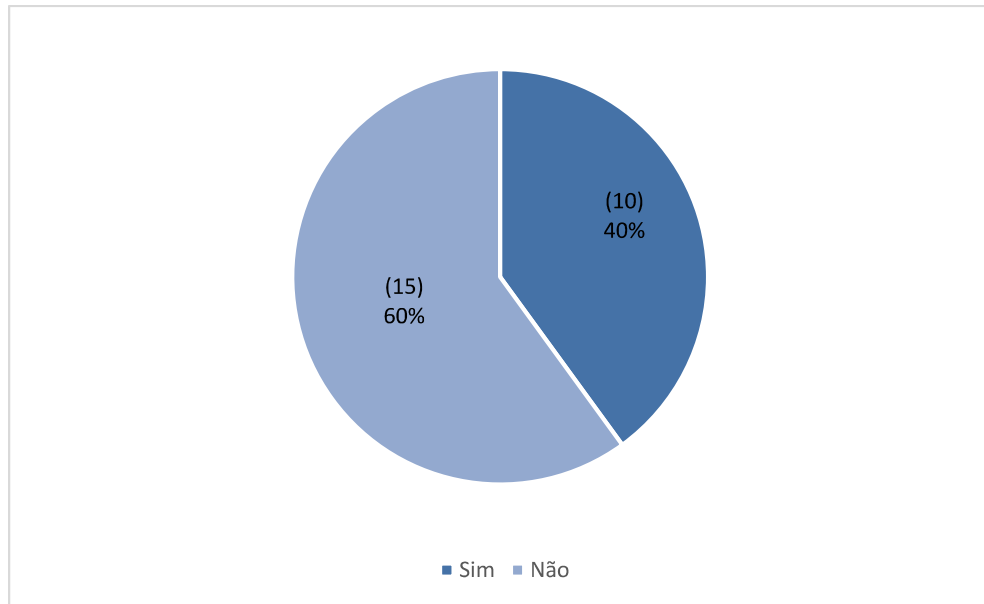
Bolsas existentes na UNEMAT	2017	2018	2019
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID	15	0	0
Programa de Formação de Células Cooperativas – FOCCO	11	8	7
Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e PROBIC	2	2	5
Bolsa tutoria	0	0	0
Bolsa Monitoria	0	0	0
Bolsa de Extensão Universitária	6	5	5
Bolsa Cultura	0	0	1
Bolsa para Estagiário	4	5	5
Auxílio moradia	27	31	25
Auxílio Alimentação	30	30	23
Auxílio financeiro para participação de eventos	0	0	0
Total:	95	81	71

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A discrepância entre o quantitativo de bolsas fornecido pelo setor responsável e o quantitativo elencado pelos respondentes pode ser explicado pela pesquisa ter atingido o número de 260 respondentes, dentre os quais somente 25 alegaram receber algum auxílio da Universidade.

Dentre os respondentes que informaram receber algum auxílio 60% alegaram que o valor recebido não é suficiente para o fim a que se destina, e 40% afirmam ser suficiente, conforme representado pelo gráfico 7:

Gráfico 7 – O valor recebido é suficiente para o fim que se destina.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Através dos dados apresentados na tabela 6, onde demonstrou-se que a maior dificuldade foi a financeira, e pelo gráfico 7, relacionado ao valor do auxílio ser ou não suficiente, pode-se concluir que mesmo o discente tendo recebido algum benefício através dos programas, a dificuldade financeira persistiu para a maioria deles. Sobre o aspecto financeiro, é importante ressaltar que a quantia mensal paga aos bolsistas varia entre R\$ 200,00 e R\$ 400,00 dependendo da bolsa, conforme dados constantes nos editais disponíveis no sítio eletrônico da UNEMAT.

Prosseguindo a análise, quanto ao objetivo de conhecer a percepção dos alunos em relação às ações voltadas à permanência no Campus, foi elencado aos discentes os programas de bolsas e auxílios disponíveis na UNEMAT e buscou-se verificar quantos dos respondentes já haviam tido acesso há um ou mais dos programas existentes durante a sua graduação. Notou-se que a grande maioria dos respondentes, representando 63,7% nunca acessaram nenhum programa durante a sua graduação, número bastante alarmante para a Instituição.

Entretanto, o programa mais acessado pelos estudantes, foi o Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, programa voltado para o aluno de graduação, buscando incentivo à formação de novos pesquisadores, com 6,7% dos respondentes. Seguido pelo auxílio moradia, representando 6,7%; auxílio alimentação, com 6%. Também pode-se destacar as bolsas de extensão universitária com 4% de acesso; seguido pelas bolsas para estagiário e bolsas de iniciação à docência – PIBID, ambas com 3,3% de participação pelos respondentes.

Outras bolsas também podem ser citadas como a Bolsa FOCCO e o auxílio para eventos, representando 2,7% e 2,3% respectivamente. As bolsas que tiveram menor participação dos alunos durante a graduação foram as bolsas de monitoria com 1%, seguido das bolsas de tutoria e bolsa cultura com participação somente de 0,3% dos respondentes.

Tabela 10 – Relação de discentes que participaram de programas de bolsa/auxílios durante a graduação:

Bolsa/auxílio:	Quantidade de respostas	Percentual (%)
Nenhum	191	63,7%
Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC	20	6,7%
Auxílio moradia	19	6,3%
Auxílio Alimentação	18	6,0%
Bolsa de Extensão Universitária	12	4,0%
Bolsa para Estagiário	10	3,3%
Bolsa de Iniciação à docência – PIBID	10	3,3%
Formação de Células Cooperativas – FOCCO	8	2,7%
Auxílio financeiro para participação de eventos	7	2,3%
Bolsa Monitoria	3	1,0%
Bolsa tutoria	1	0,3%
Bolsa Cultura	1	0,3%
Total:	300	

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Ainda dentro deste objetivo, buscou-se saber a frequência com que os discentes acessaram os programas voltados à permanência no Campus, demonstrado pela tabela 11:

Tabela 11 – Frequência de participação dos discentes nos programas de permanência.

Frequência que participou dos programas	Quantidade de respostas	%
Sempre	9	3%
Geralmente	13	5%
Algumas vezes	32	12%
Raramente	42	16%
Nunca	164	63%
Total	260	

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Onde 63% afirmaram nunca ter acessado a nenhum programa da UNEMAT e somente 3% dos respondentes participam com frequência. Conclui-se que poucos acadêmicos estão

sendo beneficiados pelas bolsas e auxílios, podendo ser ocasionado pela baixa quantidade ofertada pelo Campus em relação ao número total de alunos.

Seguindo esta vertente, questionou-se em pergunta aberta aos discentes, quais dificuldades eles tinham para acessar os programas da Instituição. A tabela 12 está representando as respostas dos discentes, onde 171 respondentes afirmam não ter dificuldades no acesso aos programas ou não quiseram opinar sobre esta questão.

Entre os discentes que responderam 27 deles relataram a falta de divulgação dos editais e a falta de orientação da Instituição para que eles possam participar; 13 participantes relataram a burocracia no processo de seleção e na documentação exigida nos editais; 7 afirmam que nunca conseguiram ser selecionados nos processos; 6 deles acreditam que são poucas vagas ofertadas; foram relatadas ainda, dificuldades na comprovação de renda e de cumprimento dos critérios de classificação, bem como, queixas da falta de programas específicos para a área do curso de Direito. Em relação à avaliação dos candidatos, alguns participantes acreditam que não é levada em consideração a necessidade real dos candidatos, bem como outras dificuldades encontradas pelos discentes que podem ser observadas na tabela 12:

Tabela 12 – Respostas dos discentes sobre as dificuldades em acessar aos programas da IES:

Dificuldades para acessar os programas:	Quantidade de respostas
Não tem ou não quiseram opinar	171
Falta de orientação e divulgação dos programas e editais	27
Burocracia no processo e na documentação exigida	13
Ainda não precisei acessar os programas	8
Nunca fui selecionado	7
Poucas vagas ofertadas	6
Dificuldades em cumprir os critérios de classificação	4
Meio de transporte	4
Falta de avaliação dos candidatos com base na necessidade real	3
Falta de programas para a área do Direito	3
Comprovação de renda	2
Dificuldade dos calouros para acessar os programas	2
Valor recebido é insuficiente	2
Dificuldades em passar na banca de avaliação dos candidatos	1
Disparidade entre os formulários preenchidos e a avaliação da banca	1
Problemas no sistema para fazer a inscrição	1
Atraso no pagamento	1
Falta de oportunidade por parte dos Professores	1
Classificação injusta, pois, é feita por sistema	1

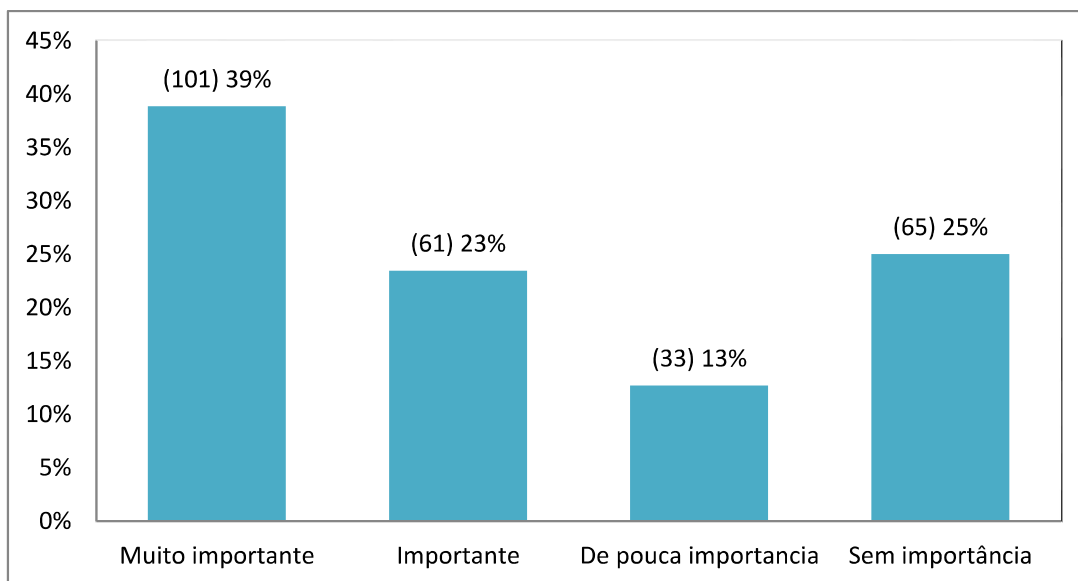
Dificuldades com inscrição e formulário socioeconômico	1
Editais e formulários de difícil entendimento	1
Total de respondentes	260

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Percebe-se que as maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acessar aos programas de permanência são a falta de orientação e divulgação dos programas e a burocracia envolvida no processo para obtenção dos benefícios. Acredita-se que o Campus deveria divulgar melhor seus editais, através das mídias sociais e do setor de Apoio Estudantil, bem como auxiliar os estudantes com dificuldades na documentação exigida, orientando sobre os procedimentos necessários para a inscrição e posterior comprovação da documentação.

Em consonância com um dos objetivos específicos: analisar se as ações promovidas influenciam a permanência dos discentes; questionou-se aos discentes que atribuísem o grau de importância da assistência estudantil para sua permanência na graduação, e demonstrando que 39% dos respondentes acreditam ser **muito importante** para a sua permanência no curso; seguido de 23% que acham ser **importante**; 13% de **pouca importância** e 25% dos respondentes julgam que a assistência estudantil **não tem importância** para a sua permanência na graduação, conforme o gráfico 8:

Gráfico 8 – Grau de importância da assistência estudantil para a permanência dos discentes na graduação.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Foi solicitado aos discentes que justificassem a sua resposta em relação ao grau de importância, como trata-se de questões abertas os respondentes serão identificados como R1, R2, R3..., e assim sucessivamente no decorrer das análises.

Acreditou-se importante estabelecer comparação entre os objetivos da assistência estudantil da UNEMAT definidos pela PRAE e a opinião dos discentes, buscando confirmar sua eficácia na permanência dos alunos. Neste sentido, na tabela 13, abaixo relacionada, demonstra que os objetivos estão sendo atendidos sobre as perspectivas dos acadêmicos, porém, eles afirmam que é necessária melhoria no processo de seleção e distribuição das bolsas e auxílios no Campus, tornando-o menos burocrático, bem como melhorar a orientação e divulgação dos editais aos alunos, para que mais discentes consigam participar.

Tabela 13 – Eficácia da Assistência Estudantil da UNEMAT na opinião dos respondentes.

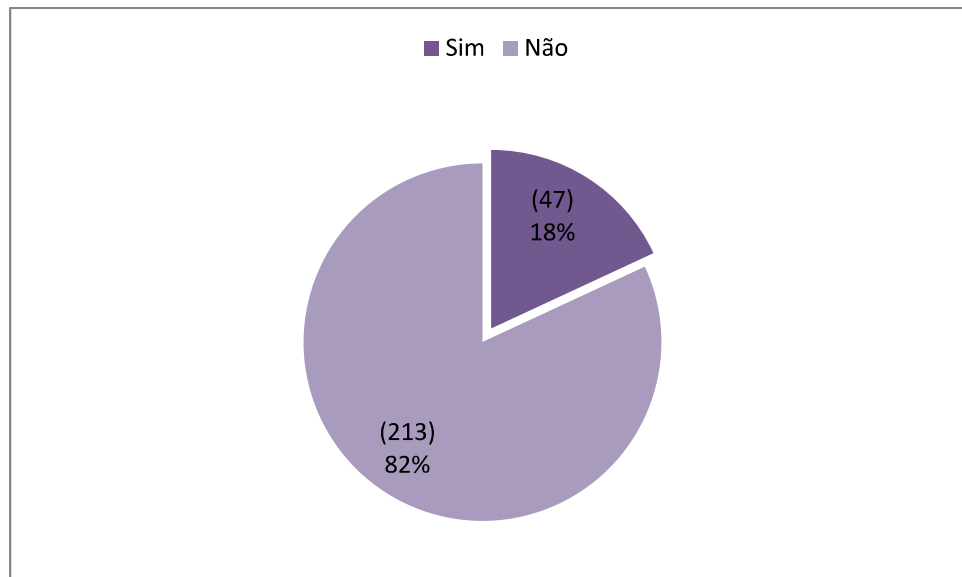
Objetivos das políticas de assistência estudantil da PRAE na UNEMAT	Respondentes	Conteúdos comuns	Eficácia
1-Democratizar as condições de permanência e a conclusão de curso dos estudantes; 2-Diminuir a desigualdade; 3-Reduzir as taxas de retenção; 4-Contribuir com a inclusão social; 5-Garantir recursos destinados à assistência estudantil; 6-Diminuir a evasão; 7-Assegurar aos estudantes meios necessários para o seu pleno desempenho acadêmico.	R4, R7, R11, R63, R79, R157, R180, R206, R222, R247 e R258	As bolsas e auxílios são importantes instrumentos para que os alunos consigam suprir suas necessidades básicas durante a graduação	Atende aos objetivos 5 e 7 da política estudantil da UNEMAT
	R64, R68, R73, R109, R139, R241 e R251	Melhora na aprendizagem, promove interação entre os colegas e melhora na qualidade de vida do discente, minimizando os efeitos da desigualdade social	Atende aos objetivos 1, 2 e 3 da política estudantil da UNEMAT
	R6, R52, R61, R72, R 84, R93, R 119, R 136, R 167, R184, R190, R218, R234 e R249	A assistência estudantil é um apoio psicológico e financeiro aos alunos em situação vulnerável, e sem esse apoio se torna difícil a permanência no curso	Atende aos objetivos 4 e 6 da política estudantil da UNEMAT
	R5, R 16, R91, R 110, R 126, R140 e R162	Melhorar a seleção e distribuição das bolsas e auxílios e diminuir a burocracia no processo	Não atende aos objetivos
	R95, R149, R212, R205 e R250	Melhorar a orientação e divulgação em relação aos editais de seleção de bolsas e auxílios aos alunos	Não atende aos objetivos

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Ainda na perspectiva dos discentes em relação às ações de permanência, foi questionado se o quantitativo de bolsas ofertadas através dos editais específicos da UNEMAT ao Campus de Alta Floresta é suficiente para atender aos alunos em situação de vulnerabilidade. Onde somente 47 dos respondentes, representando 18% acreditam ser suficientes, enquanto que 82%,

ou seja, 213 respondentes afirmaram que o quantitativo disponível não é suficiente para a demanda da Universidade. Demonstrado no gráfico 9:

Gráfico 9 – Quantitativo de bolsas/auxílios suficientes para atender a demanda do Campus de Alta Floresta.



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Finalizando a análise dos dados à luz do objetivo específico que busca propor ações para aumentar a eficácia e garantir a permanência dos estudantes, solicitou-se aos respondentes que descrevessem ações que poderiam ser implantadas na UNEMAT voltadas à assistência estudantil. Como tratou-se de pergunta “aberta”, serão representados na tabela 14, algumas respostas mais comuns da pesquisa. Os acadêmicos propuseram ações como a criação de um cadastro socioeconômico dos alunos no ato da matrícula, para melhorar o sistema de classificação e para a Universidade fazer um acompanhamento desse discente.

Muitos respondentes também solicitaram a implantação de um Restaurante Universitário no Campus, com alimentação por um preço baixo; alojamento para estudantes oriundos de outras cidades; auxílio no transporte, pois a UNEMAT em Alta Floresta possui 2 Campus com aulas e laboratórios que são distantes um do outro, neste sentido vários acadêmicos solicitaram que o ônibus da Universidade poderia fazer esse transporte aos alunos.

Outro ponto abordado por vários respondentes é a necessidade de um acompanhamento psicológico integral no Campus, sendo de suma importância para contribuir para a permanência dos alunos nos cursos, principalmente aos alunos oriundos de outras cidades. E também foi requisitado pelos respondentes a ampliação dos programas de bolsas e auxílios já existentes,

bem como, melhorias na orientação e divulgação dos editais e seleção dos beneficiados, conforme a tabela 14.

Tabela 14 – Propostas dos discentes para melhorar a assistência estudantil no Campus.

Conteúdos comuns	Respondentes
Melhorar a orientação, divulgação e seleção dos editais auxílios e bolsas	48
Aumentar a quantidade de auxílios e bolsas já existentes	43
Implantação de Restaurante Universitário	29
Assistência Psicológica em tempo integral para os alunos	23
Cadastro socioeconômico do aluno na matrícula e setor de apoio estudantil	9
Alojamento para os estudantes oriundos de outras cidades	9
Auxílio Transporte entre os dois Campus	9
Sugestões como: acessibilidade, Criação de Empresa Júnior, ampliação da biblioteca, projetos de arrecadação de cestas básicas e oferta de cursos, palestras e projetos de extensão aos discentes	42
Não quiseram opinar	48
Total	260

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Sobre a viabilidade política, operacional e financeira destas propostas de ações de melhoria, apresentadas pelos participantes da pesquisa, consultou-se a Pró-reitoria de assistência estudantil - PRAE, por meio de entrevista com a pró-reitora, com vistas a entender o alcance das sugestões, além de também, avaliar, mesmo que parcialmente, o contributo desta pesquisa para um possível aprimoramento do programa. As respostas foram as seguintes:

Em relação à proposta de melhorar a orientação, divulgação e seleção dos editais. Existe alguma proposta da PRAE para melhoria neste sentido?

PRAE: Desde que assumi como pró-reitora, temos melhorado a cada dia o processo de transparência dos editais. Nesse sentido, desde 2019 os editais passaram a ser mais detalhados, característica de melhor identificação por meio de padronização de cores e estilo, sendo que a cada novo edital lançado, fazemos pequenas alterações a partir das sugestões vindas das comissões de seleção localizadas nos *campi* universitários e nos núcleos pedagógicos. Do ponto de vista da divulgação, passamos a incorporar as redes sociais (Facebook e Instagram) que complementam as informações no hotsite da **PRAE** (<http://portal.unemat.br/prae>), complementadas com notícias no Portal da Unemat. Sobre a orientação, também estamos trabalhando com tutoriais, vídeos e podcasts que potencializam a divulgação nos canais de divulgação, além dos acima mencionados, temos grupos de Whatsapp com os presidentes das

representações estudantis (DCE, CA, Atléticas, Empresas Júnior e Ligas Acadêmicas) que dão amplitude à divulgação. **(PRAE/UNEMAT, 2021)**

Em relação ao aumento de vagas ofertadas nos editais. Existe viabilidade política, operacional e financeira para isso?

PRAE: Havia uma previsão de aumento de vagas, porém, isso não foi possível implementar devido à queda da garantia constitucional que a Unemat tinha em relação a seu orçamento de 2,5% da receita corrente líquida do Estado. Mesmo com essa limitação, estendemos os auxílios aos alunos de modalidades diferenciadas (julho de 2019 eram apenas para os alunos de oferta contínua), utilizando o mesmo recurso financeiro. **(PRAE/UNEMAT, 2021)**

Em relação a criação de um cadastro socioeconômico do aluno para acompanhamento. Existe viabilidade política, operacional e financeira para isso?

PRAE: Temos como prioridade melhorar o formulário socioeconômico. Já realizamos alguns ajustes, mas acreditamos que só será possível um incremento significativo com o módulo SAE (Sistema de Acompanhamento Estudantil) a partir do SigaA (sistema acadêmico) que está em processo de customização. Esperamos que sua implementação aconteça em 2021. **(PRAE/UNEMAT, 2021)**

Sobre as demais propostas: Implantação de R.U, Assistência psicológica, Alojamento estudantil, Auxílio transporte e as outras propostas que apareceram na pesquisa. Qual a opinião desta Pró-reitoria sobre as propostas apresentadas?

PRAE: A entrevista da Pró-reitora à Assessoria de Comunicação da Unemat (<http://portal.unemat.br/?pg=noticia/13659>) e o plano da gestão 2019-2022 (<http://portal.unemat.br/?pg=site&i=prae&m=plano-de-gestao-2019-2022>) detalham todos esses itens. Há comissões oriundas das deliberações do Congresso Universitário estudando as propostas para apresentar relatórios ao Consuni de 2021, em que vamos contemplar propostas para melhorar o acompanhamento aos universitários. Quanto ao restaurante universitário e moradia estudantil, as comissões têm apontado sua inviabilidade, uma vez que não contamos com verba do governo federal ou estadual para tal incremento. Entretanto, estamos dialogando com o governo estadual para discutir a viabilidade de implementação de um Plano Estadual de Assistência Estudantil a exemplo do que já acontece em outros estados. **(PRAE/UNEMAT, 2021)**

Demais opiniões da PRAE sobre as propostas dos discentes apresentadas para melhorar a assistência estudantil no Campus de Alta Floresta:

PRAE: Implantação de Restaurante Universitário: a comissão está estudando propostas de parcerias que podem beneficiar os alunos da cidade;

- Assistência Psicológica em tempo integral para os alunos: já temos via contrato temporário um psicólogo em Sinop que pode atender aos alunos de Alta Floresta sob demanda; estamos estudando a possibilidade de aumentar o número de psicólogos que no momento são quatro, até que seja possível fazer concurso;

- Cadastro socioeconômico do aluno na matrícula e setor de apoio estudantil: estamos criando o setor de assuntos estudantis em cada *campus* acreditamos que isso beneficiaria os alunos.

- Alojamento para os estudantes oriundos de outras cidades: uma das propostas da PRAE (ainda em estudo inicial) é fomentar uma rede de solidariedade que possa atender os alunos em suas necessidades de alimentação e moradia com a iniciativa privada e terceiro setor.

- Auxílio Transporte entre os dois *campi*: essa é uma proposta que o Campus (a PRAE se coloca à disposição para dialogar junto) com o município no sentido de encontrar uma solução que seja viável para todos;

- Demais sugestões como: acessibilidade - a PRAE está trabalhando junto à outras Pró-reitorias para fomentar um plano estratégico de acessibilidade física, assim como pedagógica aos alunos;

Criação de Empresa Júnior - temos incentivado;

Ampliação da biblioteca - é uma iniciativa do Campus que pode contar com o apoio da PRAE.

Projetos de arrecadação de cestas básicas - o campus está de parabéns por vir realizando essas ações nas Recepções Acadêmicas. O que precisarem de nós, estamos à disposição.

Oferta de cursos, palestras e projetos de extensão aos discentes - aproveitando o ensejo do virtual durante a pandemia, os alunos podem solicitar os cursos e projetos que acham viável que podemos fomentar uma política de ampliação junto à PROEC e PROEG.
(PRAE/UNEMAT, 2021)

7 CONCLUSÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões do trabalho por etapas vivenciadas ao longo do percurso, considerando-se que toda pesquisa tem começo, meio e fim, dentro de um escopo previamente definido. Necessário é, pois, que se retome a questão que suscitou o interesse por esta investigação que foi: qual a eficácia das políticas Institucionais de assistência estudantil na permanência dos alunos dos cursos de graduação no referido Campus?

O objetivo geral foi identificar a eficácia das Políticas Institucionais voltadas à permanência dos alunos nos cursos de graduação do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta. Para a consecução do objetivo geral desenvolveu-se os objetivos específicos de descrever as ações do referido Campus, que visam à permanência dos alunos; analisar se as ações promovidas a influenciam e propor ações para aumentar a sua eficácia.

Após ser definido o projeto e o instrumento de coleta de dados, iniciou-se a aplicação do questionário eletrônico por meio da plataforma *Google*, que foi composto por 17 (dezesete) questões buscando verificar o perfil social e acadêmico dos respondentes bem como, suas perspectivas acerca das assistências estudantis ofertadas pela UNEMAT no Campus de Alta Floresta.

O questionário foi encaminhado para os 1.130 acadêmicos matriculados entre o período de 2017 a 2019, nos quatro cursos de graduação do Campus: Agronomia, Ciências Biológicas, Direito e Engenharia Florestal, obtendo-se um total de 260 questionários respondidos, representando 23% da população estudada. Segundo o cálculo amostral, o tamanho da amostra foi definido em 249 respondentes, portanto, o total de questionários respondidos obtidos foi suficiente para a consecução da pesquisa.

Constatou-se que a maioria das respostas obtidas é de discentes atuais do campus. Entre os desistentes dos cursos que responderam à pesquisa, a maior parte alegou como motivo principal de sua desistência, dificuldades em conciliar trabalho com a graduação e problemas de saúde pessoais ou familiares.

Averiguou-se que, a maioria dos respondentes é do sexo feminino e estão com idade entre 18 e 24 anos, sendo que cerca da metade deles vieram de outros municípios. Quanto aos que residem em Alta Floresta, a maioria mora em casa alugada e com os pais, familiares ou responsáveis, com renda familiar entre um e dois salários-mínimos.

Em relação ao vínculo com a Instituição, a maioria é do curso de Direito, provavelmente por este ser o curso com maior número de alunos matriculados atualmente na IES. Apesar de existir outras formas de ingresso, a entrada via ENEM/SISU e o Vestibular da Instituição,

apareceram predominantemente entre os respondentes, por ser as duas formas principais de entrada na UNEMAT, ocorrendo semestralmente, com 40 vagas disponibilizadas para cada curso. Demonstrou-se também que os respondentes em sua maioria, ingressaram pelo sistema de ampla concorrência, não utilizando de nenhuma ação afirmativa disponibilizada pela Instituição.

A luz dos objetivos específicos considerou-se importante conhecer quais os problemas e dificuldades enfrentados pelos discentes para permanecer no seu curso de graduação, concluindo-se que as dificuldades tanto financeiras, quanto de conciliar o trabalho com a graduação, foram apontadas pela maior parte dos respondentes, seguido de problemas psicológicos ou psiquiátricos enfrentados por eles. Deste modo, percebe-se o quanto se faz importante uma política de assistência estudantil atuante e principalmente, possibilitando maior número de vagas ofertadas nos programas de bolsas e auxílios para os discentes.

No primeiro objetivo específico buscou-se descrever as ações do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta que visem a permanência dos alunos. Neste âmbito desenvolveu-se um capítulo específico que abordou a história da UNEMAT, Instituição desta pesquisa, bem como todos os programas e auxílios vinculados às Pró-reitorias da Instituição. Também se investigou quanto dos respondentes recebem algum tipo de auxílio ou bolsa da Instituição e confrontando-os com os dados disponibilizados pelo setor responsável pelas bolsas e auxílios do Campus de Alta Floresta. Neste quesito obtiveram-se poucos respondentes bolsistas, pois entre os anos 2017 a 2019 foram ofertadas um total de 247 bolsas e somente 25 responderam o questionário, verificando-se que o valor recebido por eles não é suficiente para o fim a que se destina.

Ao que tange o segundo objetivo específico buscou-se analisar se as ações promovidas influenciam na permanência dos discentes. Neste âmbito, primeiro averiguou se os discentes já acessaram algum programa da Instituição durante a sua graduação, sendo os mais apontados: o Programa de bolsas de Iniciação Científica, bolsa extensão e os auxílios moradia e alimentação. Concluiu-se que a maioria dos discentes acredita não ser suficiente o quantitativo de bolsas ofertadas para o Campus de Alta Floresta.

Segundo dados fornecidos pela PRAE, o Campus de Alta Floresta oferta a cada edital um número de auxílio alimentação e moradia proporcional ao número de acadêmicos matriculados (número disponibilizado no sistema acadêmico - Sagu) no semestre de realização do edital. No ano de 2017, em Alta Floresta, foram contemplados 42 acadêmicos, em 2018 40 acadêmicos. A partir de 2019 passaram a ser publicados dois editais por ano, assim em 2019/1

foram contemplados 27 acadêmicos e 2019/2, 23 acadêmicos. Em relação às outras bolsas ofertadas, os editais não são regulares e o quantitativo varia muito em cada edital.

Seguindo este objetivo, foi questionada qual a frequência de participação dos discentes aos programas de assistência durante a sua graduação, notando-se que a maior parte dos respondentes nunca acessou nenhum programa de bolsas ou auxílios do Campus. Procurou-se conhecer então, quais eram as dificuldades deles em acessar esses programas, dentre os que quiseram opinar, apontaram a falta de divulgação e orientação sobre os programas e editais como fator de maior dificuldade, seguido da burocracia no processo e na documentação de comprovação exigida pela Instituição.

Em consonância com este objetivo, buscou-se saber qual o grau de importância da assistência estudantil para a permanência dos alunos na graduação. Constatou-se, na pergunta aberta, vários relatos dos discentes que apontaram como fator muito importante para sua permanência, as bolsas e auxílios fornecidos a eles, para que tenham dedicação em tempo integral ao estudo, e também para que os acadêmicos em situação socioeconômica vulnerável tenham condições de suprir suas necessidades básicas durante o tempo de graduação.

Muitos acadêmicos, porém, demonstraram sua insatisfação com o processo de seleção das bolsas, relatando que “quem realmente precisa não consegue os auxílios” devido ao método de seleção burocrático.

Outro objetivo específico da pesquisa tratou de propor ações para aumentar a eficácia e garantir a permanência dos estudantes. Obteve-se apontamentos para a implantação de um cadastro socioeconômico, que poderia ser feito no ato da matrícula do ingressante, facilitando a identificação dos discentes em situação de vulnerabilidade.

Outra ação muito apontada pelos respondentes foi a implantação de um Restaurante Universitário no Campus, para que os alunos pudessem ter acesso a uma alimentação de qualidade e com um baixo custo. Neste quesito foi informado pela PRAE que comissões têm apontado sua inviabilidade, pois a UNEMAT não possui verba do governo federal ou estadual para tal fim. Entretanto, existe um diálogo com o governo estadual para discutir a viabilidade de implementação de um Plano Estadual de Assistência Estudantil a exemplo do que já acontece em outros estados.

Também foi apontada a necessidade de um auxílio transporte aos acadêmicos principalmente para o traslado entre os Câmpus, já que a UNEMAT em Alta Floresta possui dois Câmpus (Campus I e Campus II) com salas de aula e laboratórios respectivamente, distantes um do outro cerca de 7 km, uma vez que não possuem veículo próprio e/ou moram próximos do Campus II, onde ocorre a maioria das aulas teóricas.

Foi apontada também pelos discentes, a necessidade de um atendimento em tempo integral por um psicólogo, que prestasse a devida assistência exclusivamente aos discentes, em um local adequado, para que pudessem se sentir à vontade. Hoje não existe um atendimento exclusivo aos discentes no Campus, o que ocorre é o atendimento feito através de um psicólogo do Campus de Sinop, que vem à Alta Floresta cerca de uma vez por mês para dar assistência aos professores e técnicos. Em Alta Floresta as direções do Câmpus incluíram os alunos em situação de vulnerabilidade neste atendimento, porém como o período de permanência do profissional no Campus é de normalmente dois dias, poucos acadêmicos conseguem ser atendidos, tendo que ser selecionados previamente pela direção ou coordenação dos cursos.

Em face dos resultados, considera-se que as ações de assistência estudantil existentes no Campus, não têm sido suficientes para atender a demanda necessária existente. Contudo, as políticas de assistência têm se mostrado eficazes na busca por assegurar o direito ao ensino superior público e de qualidade, promovendo condições de igualdade entre os alunos, apesar de intempéries circunstanciais.

Constata-se que as políticas públicas de assistência estudantil na educação superior, buscam garantir a permanência dos alunos na Universidade tratando-se de um importante instrumento para assegurar o direito ao ensino superior público, gratuito e de qualidade aos estudantes promovendo condições de igualdade aos alunos.

As dificuldades na realização deste intento foi conseguir sensibilizar os participantes a responderem, em maior número, o questionário. Esta é uma tarefa árdua para todos os que se aventuram a realizar pesquisas com seres humanos.

Com o fito de avaliar a utilidade desta pesquisa aplicada, ainda que parcialmente, e entendendo que os seus resultados poderiam de fato contribuir para o conhecimento e aprimoramento institucional do Campus, posto que a voz dos participantes, além de fornecer um diagnóstico sobre o objeto estudado, apresentou ações concretas de melhoria, ao consultar os gestores da pasta sobre as sugestões, observou-se que a PRAE está engajada na melhoria da assistência estudantil, através de melhorias feitas nos processos de transparência a partir de 2019, com editais mais detalhados, com melhor divulgação e orientação através das mídias sociais, que foram algumas das dificuldades apontadas pelos alunos. Existem ações em cursos como ajustes no calendário sócio econômico e ampliação no atendimento psicológico e outras ações ainda como propostas como melhorar o acompanhamento aos universitários.

Fica, portanto, o desafio para pesquisas futuras, que é o de verificar que providências foram tomadas a partir deste diagnóstico minimizando as fragilidades identificadas, como

também investigar o impacto destas políticas de assistência estudantil na trajetória de vida pessoal dos discentes e beneficiários.

Além dos desafios apontados pela pesquisa em pauta, outros aspectos podem ser melhor investigados para que venham contribuir para a igualdade no acesso, permanência e conclusão dos discentes nos cursos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, João Batista do. **Evasão discente no ensino superior: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Campus Sobral)**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; FILHO, José Liberato Barrozo. Avaliação de políticas públicas para a educação superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI). **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 3, p. 594-621, nov. 2020.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor. **Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu, na garantia das condições de permanência no ensino superior**. 2018. 210 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 5, n. 9, p. 31-58, 1999.

BONETI, Lindomar Wessler; GISI, Maria Lourdes; FILIPAK, Sirley Terezinha. Do direito à educação superior ao desafio do acesso para todos - From the right to higher education to the challenge of access for all. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 521-540, 2013.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. *In: XVII Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária, 2017, Argentina. Anais [...].* UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181204>. Acesso em: 20 mai. 2020. p. 1-16.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In: CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS, ABEPSS, 2009.

BRASIL **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso: 20 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2011**. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm#:~:text=LEI%20No%2010.260%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.&text=%C2%A7%203o%20Os%20cursos,preju%C3%ADzo%20para%20o%20aluno%20financiado. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições de Ensino técnico médio. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 23 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BUARQUE, Cristovam. **A Universidade numa Encruzilhada**. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 2003.

CANUTO, Valdiane Rodrigues. **Fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam a permanência dos alunos do curso em tecnologia em hotelaria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará com base na teoria da autodeterminação**. 2018.129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação

Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de, & DOURADO, Luiz Fernando. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 6, n. 4, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1160>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CATANI, Afrânio Mendes, OLIVEIRA, João Ferreira de, & DOURADO, Luiz Fernando. **Censo da Educação Superior 2019**. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Divulgação dos resultados, Brasília, DF, 2020.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Evolução do acesso de jovens à educação no Brasil**. Texto para discussão, n.1950. IPEA, Brasília, DF, 2014.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Ações afirmativas: políticas de Acesso e permanência nas instituições de ensino superior. **Revista de Ciências Sociais**, n. 33, p. 97-115, 2010.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sonia Maria Barbosa. Permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17 e 18, p. 51-60, 2015.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. *In: IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009, Florianópolis. Anais [...]. UFSC, 2009.* Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/25885/recent-submissions>. Acesso em: 21 fev. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional: marcos teóricos e políticos. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/722>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DIAS, Ellen Christine Moraes; THEÓPHILO, Carlos Renato; LOPES, Maria Aparecida Soares. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG. *In: 7º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2010, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, SP 2010.* Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/419.pdf>. Acesso em 20 fev. 2020.

DUMARESQ, Zandra Maria Ribeiro Mendes. **Análise da política de assistência estudantil no âmbito Instituto Federal do Ceará – Campus de Fortaleza – Sob o olhar dos discentes**. 2014. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FERRAZ, Eduardo Vieira da Cunha. **Análise da gestão de investimentos em auxílios estudantis no Instituto Federal do Ceará Campus Jaguaribe**. 2014. 85 f. Dissertação

(Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FILHO, José Liberato Barrozo. **Avaliação de políticas públicas voltadas à educação superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI)**. 2019. 55 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

FILIPAK, Sirley Terezinha; PACHECO, Eduardo Felipe Hennerich. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v.17, n. 54, p. 1241-1268, 2017.

FONAPRACE. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE**. Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Data de acesso: 20 fev. 2020.

FREITAS; Mariana Gonçalves Pêso Freitas; LOBO, Larissa Gomes; DINIZ, Marcelo Anastácio; AMORIM, Eneias da Silva; MENNOCCHI, Lauren Mariana. Os desafios da entrada e permanência da universidade por estudantes da classe trabalhadora. *In: XXI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência*, Universidade do Vale do Paraíba, **Anais [...]**. UNIVAP, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFGS, 2009.

GIL, Antônio Loureiro. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 20, n. 1, p. 21-37, 2016.

GOMES, Válter; TAYLOR, Maria de Lourdes Machado; SARAIVA, Ernani Viana. O Ensino Superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Revista Ci. & Tróp.** Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em: 06 mar. 2020.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v.8, n. 22, p. 116-148, 2016.

MACEDO, Arthur Roquete de; TREVISAN, Ligia Maria Vettorato; TREVISAN, Péricles; MACEDO, Caio Sperandeo. Educação superior no século XXI e a reforma universitária Brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.13, n.47, p. 127-148, 2005.

MADEIRA, Lígia Mori. **Avaliação de Políticas Públicas**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17 (Suplemento 3) 2002.

MASOLA, Wilson de Jesus. Educação superior no Brasil: traços da história. **Revista REnCiMa**, v.8, n.1, p.98-108, 2017.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Assistência estudantil na educação superior pública**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, Juliana Coutinho. **Ações da gestão que contribuem para a permanência dos alunos no ensino médio: um caso de Juiz de Fora**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de. **Avaliação do serviço de psicologia da assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará**. 2017.109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PALÁCIO, Paula da Paz. **Políticas de acesso e permanência do estudante da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

PARENTE, Nória Nabuco. **As condições de acesso e permanência dos estudantes do Curso de Licenciatura em Física do IFCE, Campus de Sobral**. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

PESSOA, Soraya Moreira. **Assistência ao estudante na Universidade Federal do Ceará: Contribuições Teóricas e Práticas**. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

RAUCHELIS, Raquel. Gestão Pública e a questão social na grande cidade. **Revista Lua Nova**, v. 69, p. 13-48, 2006.

RODRIGUES, Maria do Socorro de Sousa. **Auto-avaliação e planejamento participativos no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC): em busca de saberes e da mudança de cultura institucional**. 2007. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

UNEMAT. **Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT**. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=universidade&conteudo=1>. Acesso em: 19 mai. 2018.

VASCONCELOS, Natalia B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em-revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010.

VIANNA, Heraldo, As Contribuições de Heraldo Vianna para a Avaliação Educacional. **Revista Estudos em Avaliação Educacional: Fundação Carlos Chagas**, v. 25, n. 60, p. 1-276, 2014.

VIEIRA, Sofia Leche. Política (s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBP AE**, v. 23, n. 1, p. 53-69, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Convidamos você a participar da pesquisa “Avaliação das Políticas Institucionais voltadas à garantia da permanência dos alunos de graduação”, que tem como objetivo: Identificar a eficácia das Políticas Institucionais voltadas à permanência dos alunos nos cursos de graduação do Campus Universitário da UNEMAT de Alta Floresta.

Declaramos para os devidos fins que os resultados da pesquisa serão tornados Públicos, mas a identidade dos entrevistados será preservada. Todas as informações aqui fornecidas serão utilizadas para uso exclusivo em pesquisa. Ao preencher o questionário você estará aceitando contribuir com reflexões que podem culminar em melhorias da política de assistência estudantil para a UNEMAT.

A - Identificação Acadêmica do Respondente:

1. Situação acadêmica: () Discente () Atual () Egresso () Desistente

1.1. Se é desistente, indique o (s) motivo (s) da desistência do curso:

1.2. Se é egresso, indique o ano em que concluiu o curso: _____

2. Sexo e idade:

() Feminino () Masculino

() Entre 18 e 24 anos () Entre 25 e 30 anos () Entre 31 e 35 anos

() Mais de 35 anos

3. Residia em outro município quando iniciou a Graduação:

() Sim () Não

4. Forma de moradia em Alta Floresta:

() Própria () Alugada () outro

5. Em Alta Floresta, você mora com:

() Com os pais ou responsáveis () Com colegas () Com cônjuge () Sozinho

6. Renda: () Até um salário mínimo () Entre um e dois salários mínimos () Entre dois e três salários mínimos () acima de três salários mínimos

7. Curso de vinculação: () Ciências Biológicas () Agronomia () Engenharia Florestal
() Direito

7.1. Indique o ano que ingressou no curso: _____

8. Forma de ingresso: () SISU () Vestibular () Transferência interna/Externa () Outros

9. Ingressou por meio do sistema de cotas (Ações Afirmativas)?

- () Para estudantes Negros/Pardos
- () Para estudantes Indígenas
- () Para demais estudantes de Escola pública
- () Nenhum. Ingressei pelo sistema de ampla concorrência

B - Identificação sobre as ações de permanência dos alunos:

10. Quais problemas/dificuldades você enfrentou para permanecer no curso?

- () Financeiros
- () Psicológicos/psiquiátrico
- () Condições de Saúde
- () Dificuldade de Aprendizagem
- () Metodologia de ensino de professores
- () Transporte
- () Insegurança alimentar (falta de condições de alimentar-se, ou de comprar alimentos)
- () Conciliar trabalho e graduação
- () Acessibilidade

Outros _____

() Não enfrentei nenhuma dificuldade

11. Você recebe algum tipo de auxílio/bolsa (dinheiro) de Assistência Estudantil?

() Sim () Não

11.1. Se sim, qual o auxílio/bolsa você recebe? _____

11.2. Se recebe, o valor foi suficiente para o fim destinado?

() Sim () Não

12. Sobre os programas de assistência estudantil ofertados pela UNEMAT, assinale abaixo o (s) que você acessou no seu período de graduação:

- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID
- Programa de Formação de Células Cooperativas – FOCCO
- Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC
- Bolsa tutoria
- Bolsa Monitoria
- Bolsa de Extensão Universitária
- Bolsa Cultura
- Bolsa para Estagiário
- Auxílio moradia
- Auxílio Alimentação
- Auxílio financeiro para participação de eventos
- Outros _____
- Nenhum

13. Descreva suas dificuldades para acessar os serviços e programas da Assistência Estudantil no campus Alta Floresta? (Caso não tenha, coloque “Não tenho”).

14. Qual o grau de importância da Assistência Estudantil para a sua permanência no ensino superior?

- Muito importante
- Importante
- De pouca importância
- Sem importância

14.1. Faça uma justificativa breve da sua resposta:

15. Com que frequência você acessou os programas de Assistência Estudantil ofertados pela UNEMAT:

- Sempre
- Geralmente
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

16. Em sua opinião, a quantidade de bolsas/auxílios oferecidos no Campus de Alta Floresta é suficiente?

- Sim Não

16.1. Faça uma justificativa breve da sua resposta:

17. Descreva ações que poderiam ser implantadas na UNEMAT voltadas à assistência estudantil:
